

FACULDADE DE ARQUITECTURA . UNIVERSIDADE DE LISBOA

MEMÓRIA E CONTEMPORANEIDADE

PROPOSTA DE UMA RESIDÊNCIA DE ESTUDANTES NA AV. FONTES PEREIRA DE
MELO

Ana Lúcia Moreira Vieira Teixeira

(Licenciada)

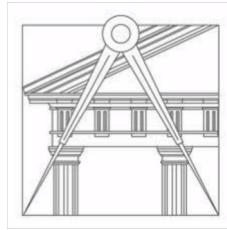
**Projecto para a Obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura com Especialização em
Arquitectura de Interiores**

(Mestrado Integrado em Arquitectura com especialização em Arquitectura de Interiores)

Orientador Científico: Professora Doutora Maria Dulce Loução

Co-Orientador Científico: Professor Doutor João Nuno Pernão

Lisboa, FAUL, Novembro 2014



FACULDADE DE ARQUITECTURA . UNIVERSIDADE DE LISBOA

MEMÓRIA E CONTEMPORANEIDADE

**PROPOSTA DE UMA RESIDÊNCIA DE ESTUDANTES NA AV. FONTES PEREIRA DE
MELO**

Ana Lúcia Moreira Vieira Teixeira

(Licenciada)

**Projecto para a Obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura com Especialização em
Arquitectura de Interiores**

(Mestrado Integrado em Arquitectura com especialização em Arquitectura de Interiores)

Orientador Científico: Professora Doutora Maria Dulce Loução

Co-Orientador Científico: Professor Doutor João Nuno Pernão

Juri:

Presidente: Professora Doutora Soledade Sousa

Vogal: Professor Doutor Francisco Agostinho

Lisboa, FAUL, Novembro 2014

RESUMO (236 palavras)

A actual investigação incide sobre a temática da preservação da memória e identidade do lugar e na relação entre o antigo e o contemporâneo. Serão explorados estes conceitos no projecto de dos três edifícios devolutos e do seu vazio urbano adjacente na Avenida Fontes Pereira de Melo em Lisboa.

A memória é parte identitária do indivíduo e na arquitectura aplica-se de igual modo. A memória do lugar, dos edifícios, é um fragmento da sua identidade e, quando se aborda a preservação dessa memória na arquitectura, não se trata só da conservação mas sim, da conjugação da arquitectura contemporânea com a história do edifício.

Assim, pretende-se intervir num espaço devoluto, pré-existente, preservando a sua identidade, explorando novas relações entre o antigo e o contemporâneo, dando-lhe um novo uso que se adapta às necessidades actuais pois, por se tratar de edifícios de habitação do século XIX, já não se enquadram no modo de vida actual.

É intenção deste trabalho a dinamização do lugar, procurando distanciar-se do uso terciário e laboral, procurando mais o sentido comunitário e habitacional, inexistente, actualmente, através de espaços interiores no quarteirão, e da relação entre esses mesmos espaços e a avenida.

O conjunto de edifícios devolutos será adaptado a uma residência de estudantes e, o espaço urbano adjacente integrará um complexo de apoio que incluirá biblioteca, espaços de estudo, lojas, ginásio, lavandaria e, salas de trabalho, indo à procura de uma multifuncionalidade de espaços.

TEMA

Memória e contemporaneidade

TÍTULO

Proposta de uma residência de estudantes na Avenida Fontes Pereira de Melo

CANDIDATA

Ana Lúcia Moreira Vieira
Teixeira

ORIENTADOR

Professora Doutora Maria
Dulce Loução

CO-ORIENTADOR

Professor Doutor João
Pernão

MESTRADO

INTEGRADO EM
ARQUITECTURA –
ESPECIALIZAÇÃO EM
ARQUITECTURA DE
INTERIORES

LISBOA, 2014

PALAVRAS CHAVE

Memória - Reabilitação - Identidade Arquitectónica - Residência de Estudantes - Espaços Colectivos

ABSTRACT (232 words)

The current research focuses on the preserving memory and identity of the place and the relationship between ancient and contemporary. Those concepts will be explored in the project of the there influences and how the rehabilitation of three unoccupied buildings and their adjacent urban void at Avenida Fontes Pereira de Melo in Lisbon.

Memory is part of the individual identity and architecture applies equally. The memory of the place and the building is a fragment of its identity and when dealing with the preservation of this architecture memory, it is about not only conservation but also the combination of contemporary architecture with the building's history.

Therefore, we intend to intervene in a unoccupied pre-existing space, preserving its identity, exploring new relationships between the antique and the contemporary, giving it a new use that adapts to current needs because, as XIX century residences, they no longer fit the contemporary lifestyle.

The intention of the proposal is to boost the urban place, trying to distance it from services and labor use, and looking for more community housing which is actually inexistent, through the block interior spaces, and the connection between those spaces and the avenue.

The number of unoccupied buildings will be adapted to a student residence and the nearing urban space integrate a new building that will include support library, study spaces, shops, gym, laundry and work rooms, searching for a multifunctional space.

KEY - WORDS

Memory – Rehabilitation – Architectural Identity – Student residence – Collective Spaces

THEME

Memory and contemporaneity

TITLE

Proposal for a student residence on the Avenue Fontes Pereira de Melo

CANDIDATE

Ana Lúcia Moreira Vieira
Teixeira

MAIN ADVISOR

Professora Doutora Maria
Dulce Loução

CO-ADVISOR

Professor Doutor João
Pernão

INTEGRATED MASTERS IN
ARCHITECTURE –
SPECIALITION IN INTERIOR
ARCHITECTURE

LISBON, 2014

AGRADECIMENTOS

À Professora Dulce Loução um muito obrigada pela disponibilidade, interesse e dedicação para comigo, não só neste meu trabalho como ao longo dos anos na faculdade. Agradeço ao Professor João Pernão pelo apoio, acompanhamento, rigor e, claro, pelas suas piadas.

Agradeço aos meus pais pela educação, incentivo e esforço que fizeram para me proporcionarem a conclusão desta etapa. Quando um dia pensaram nunca ser possível, neste momento já somos três. Agradeço também ao meu irmão pela sua paciência e protecção, desde sempre, e por ser uma alento de inteligência e sabedoria no meu crescimento.

Agradeço às novas amigadas que criei pois o apoio que me deram ao longo do curso, as risadas infindáveis que demos juntas e até o pânico conjunto de entregas e apresentações foram essenciais para o término desta etapa, em especial à Filipa, à Rita, à Sol, à Catarina, à Sofia e ao Amaro.

Por último, mas não menos importante, um grande obrigada ao Filipe, por tudo o que foi e, tem sido, para mim, sempre.

Um enorme obrigada a todos!

INDICE

RESUMO (236 palavras)	I
ABSTRACT (232 words)	III
AGRADECIMENTOS	V
INDICE DE ANEXOS	IX
1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Enquadramento	1
1.2 Objectivos.....	3
1.3 Metodologia	4
1.4 Estrutura	4
2. LISBOA MENINA E MOÇA	7
2.1 A expansão da cidade	9
2.2 A revolução industrial e os novos desafios para a cidade	12
2.3 A Lisboa de Ressano Garcia.....	15
2.4 A Lisboa contemporânea	19
3. O LUGAR	23
3.1 A fenomenologia do lugar	25
3.2 Do lugar ao <i>não-lugar</i>	26
3.3 O Lugar na Arquitectura e a sua relação com o <i>eu</i>	28
4. MEMÓRIA	32
4.1 Memória e Lugares	34
4.2 Preservação da Memória	35
5. REABILITAÇÃO	37
5.1 Património urbano e Reabilitação	39
6. PROPOSTA PROJECTUAL	47
6.1 Análise Urbana	49
6.2 Análise do objecto de estudo – contexto actual	61
6.3 Programa.....	69
6.4 Descrição da Intervenção.....	73
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	85

8. BILIOGRAFIA.....	87
9. ANEXOS	95

INDICE DE ANEXOS

ANEXO I – MAQUETES97

ANEXO II – ELEMENTOS FINAIS DE APRESENTAÇÃO.....111

INDICE DE IMAGENS

Fig. 1 Planta de Lisboa (1650), João Nunes Tinoco.....	10
<i>In França, J.A., Lisboa: urbanismo e arquitectura, Lisboa: Biblioteca Breve, 1980, p.21</i>	
Fig. 2 – Planta de Lisboa proposta por Eugénio dos Santos em 1756.....	11
<i>In França, J.A., Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Lisboa: Bertrand Editora, Lisboa, 1983, p.78</i>	
Fig. 3 – Esquema com a estrutura urbana das Avenidas Novas	15
<i>In CML, Lisboa de Ressano Garcia 1874-1909, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, p.21</i>	
Fig. 4 – Esquema da <i>espinha</i> do plano de Ressano Garcia	16
<i>Imagem elabora pela autora (Junho 2014)</i>	
Fig. 5 – Mapa com a sinalização da rua de S. José e Sta. Marta	17
<i>Imagem elabora pela autora (Junho 2014)</i>	
Fig. 6 – Imagem de guitarra portuguesa	39
<i>In http://rdqntnadaquefazer.blogspot.pt/2012_06_01_archive.html (27 Setembro de 2014)</i>	
Fig. 7 – Mosteiro de Alcobaça	39
<i>Fotografia tirada pela autora (7 Setembro de 2014)</i>	
Fig. 8 – Plano Voisin	43
<i>In http://www.oobject.com/15-housing-projects-from-hell/corbusier039s-criminally-insane-plan-voisin/5212/ (28 Setembro de 2014)</i>	
Fig. 9 – Cidade de Bath, Inglaterra	44
<i>Fotografia cedida por Maria Burt Magro</i>	
Fig. 10 – Cidade de Bath, Inglaterra	44
<i>Fotografia cedida por Maria Burt Magro</i>	
Fig. 11 – Esquema da ligação da cidade pelo Plano de Ressano Garcia	50
<i>Imagem elabora pela autora (Junho 2014)</i>	

Fig.12 – Mapa de vazios da área adjacente à Avenida Fontes Pereira de Melo	51
<i>Imagem elabora pela autora (Novembro 2013)</i>	
Fig.13 – Mapa de cheios da área adjacente à Avenida Fontes Pereira de Melo	52
<i>Imagem elabora pela autora (Novembro 2013)</i>	
Fig.14 – Mapa de ortogonalidade da área adjacente à Avenida Fontes Pereira de Melo.....	53
<i>Imagem elabora pela autora (Julho 2014)</i>	
Fig.15 – Mapa Esquemático da Avenida Fontes Pereira de Melo com a representação do tipo função do edificado da avenida	54
<i>Imagem elabora pela autora (Julho 2014)</i>	
Fig.16 – Mapa de edificado marcante na área envolvente à Avenida Fontes Pereira de Melo	55
<i>Imagem elabora pela autora (Julho 2014)</i>	
Fig.17 – Mapa de património na área envolvente à Avenida Fontes Pereira de Melo	56
<i>Imagem elabora pela autora (Julho 2014)</i>	
Fig.18 – Fotografia do vazio urbano adjacente	58
<i>Fotografia tirada pela autora (Janeiro 2014)</i>	
Fig.19 – Fotografia do vazio urbano adjacente	58
<i>Fotografia tirada pela autora (Janeiro 2014)</i>	
Fig.20 – Mapa de edifícios e vazio adjacente em estudo	61
<i>Imagem elabora pela autora (Fevereiro 2014)</i>	
Fig.21 – Planta de Implantação do conjunto edificado antes da demolição dos dois edifícios	61
<i>In Arquivo Municipal de Lisboa (consultado em Novembro 2013)</i>	
Fig. 22 – Fotografia da frente de rua	62
<i>Fotografia tirada pela autora (Janeiro 2014)</i>	
Fig. 23 – Fotografia das traseiras dos edifícios e da relação com o vazio urbano	62
<i>Fotografia tirada pela autora (Janeiro 2014)</i>	

Fig. 24 – Corte de edifício de estudo	63
<i>In Arquivo Municipal de Lisboa (consultado em Novembro 2013)</i>	
Fig. 25 – Alçado de edifício de estudo	63
<i>In Arquivo Municipal de Lisboa (consultado em Novembro 2013)</i>	
Fig. 26 – Planta de identificação dos edifício.....	64
<i>Imagem elabora pela autora (Novembro 2013)</i>	
Fig. 27 – Relação interna entre espaços – edifício A.....	64
<i>Imagem elabora pela autora (Maio 2014)</i>	
Fig. 28 – Diferenciação de espaços – edifício A	64
<i>Imagem elabora pela autora (Maio 2014)</i>	
Fig. 29 – Fotografia da situação actual do edifício A	64
<i>Fotografia tirada pela autora (Janeiro 2014)</i>	
Fig. 30 – Fotografia da situação actual do edifício A	64
<i>Fotografia tirada pela autora (Janeiro 2014)</i>	
Fig. 31 – Relação interna entre espaços – edifício B	65
<i>Imagem elabora pela autora (Maio 2014)</i>	
Fig. 32 – Fotografia da situação actual do edifício B	65
<i>Fotografia tirada pela autora (Janeiro 2014)</i>	
Fig. 33 – Fotografia da situação actual do edifício B	65
<i>Fotografia tirada pela autora (Janeiro 2014)</i>	
Fig. 34 – Relação interna entre espaços	65
<i>Imagem elabora pela autora (Maio 2014)</i>	
Fig. 35 – Construção Posterior	65
<i>Imagem elabora pela autora (Maio 2014)</i>	
Fig. 36 – Fotografia da situação actual do edifício C	66
<i>Fotografia tirada pela autora (Janeiro 2014)</i>	
Fig. 37 – Fotografia da situação actual do edifício C	66
<i>Fotografia tirada pela autora (Janeiro 2014)</i>	
Fig.38 – Planta de Implantação do conjunto edificado antes da demolição dos dois edifícios	66
<i>In Arquivo Municipal de Lisboa (consultado em Novembro 2013)</i>	
Fig. 39 – Fotografia da situação actual do vazio existente	67
<i>Fotografia tirada pela autora (Janeiro 2014)</i>	

Fig. 40 – Fotografia da situação actual do vazio existente	67
<i>Fotografia tirada pela autora (Janeiro 2014)</i>	
Fig. 41 – Mapa de Transportes da área adjacente à Avenida Fontes Pereira de Melo	70
<i>Imagem elabora pela autora (Maio 2014)</i>	
Fig. 42 – Estrutura existente que condicionou parte do projecto no vazio	73
<i>Fotografia tirada pela autora (Janeiro 2014)</i>	
Fig. 43- Planta com escadas de emergência assinaladas	75
<i>Imagem elabora pela autora (Julho 2014)</i>	
Fig. 44- Render de escadas de emergência com as paredes em betão	75
<i>Imagem elabora pela autora (Julho 2014)</i>	
Fig. 45- Planta com circulação horizontal em torno da vertical....	76
<i>Imagem elabora pela autora (Julho 2014)</i>	
Fig. 46- Planta com saleta da entrada	77
<i>Imagem elabora pela autora (Julho 2014)</i>	
Fig.47 – Planta com posição do saguão	77
<i>Imagem elabora pela autora (Julho 2014)</i>	
Fig. 48- Planta com instalações sanitárias	78
<i>Imagem elabora pela autora (Julho 2014)</i>	
Fig. 49 - Planta da instalação sanitária tipo dos quartos da residência	78
<i>Imagem elabora pela autora (Setembro 2014)</i>	
Fig. 50- Corte da instalação sanitária tipo dos quartos da residência	79
<i>Imagem elabora pela autora (Setembro 2014)</i>	
Fig. 51 – Render de escadas distribuidoras utilizando o amarelo.....	79
<i>Imagem elabora pela autora (Julho 2014)</i>	
Fig. 52- Acessos na Escola Rainha Dona Leonor	80
<i>Fotografia tirada pela autora (Junho 2014)</i>	

Fig. 53 – Corte da Cafeteria	81
<i>Imagem elaborada pela autora (Setembro 2014)</i>	
Fig. 54 – Corte da Biblioteca	82
<i>Imagem elaborada pela autora (Setembro 2014)</i>	
Fig. 55- Render da bancada da biblioteca	83
<i>Imagem elaborada pela autora (Setembro 2014)</i>	
Fig. 56- Render do piso superior da biblioteca	83
<i>Imagem elaborada pela autora (Setembro 2014)</i>	

MEMÓRIA E CONTEMPORANEIDADE

PROPOSTA DE UMA RESIDÊNCIA DE ESTUDANTES NA AVENIDA FONTES PEREIRA DE MELO

1. INTRODUÇÃO

1.1 Enquadramento

O tema deste trabalho surgiu no âmbito do exercício lançado pelos professores Maria Dulce Loução e Fernando Sanchez Salvador, na disciplina de Laboratório de Projecto de Interiores VI, no primeiro semestre do ano lectivo 2013/2014.

O trabalho consistia no entendimento e percepção da freguesia de Lisboa Arroios-Pena, respeitando escala, valores urbanos, hierarquias de espaços, usos e funcionamento propondo a criação de uma infraestrutura de apoio à zona da freguesia, com possibilidade de reabilitação do edificado existente.

A cidade de Lisboa encontra-se em constante transformação, sendo necessário responder com soluções para quem nela procura respostas para as suas necessidades. A sua qualificação enquanto cidade é exigida por quem nela vive, pois estes, procuram constantemente melhores condições urbanas e, conseqüentemente, melhores condições de vida. A cidade, tem portanto, de se adaptar e de mudar para novos usos, tendo “(...)factores de atracção que fazem das cidades espaços usados e vividos por muito mais pessoas que aquelas que os censos registam como os seus habitantes(...)”¹. Assim, estes novos ‘habitantes’ da cidade fazem com que a cidade se torne diferente se fosse apenas vivida pelos seus moradores, acabando por trazer novas realidades sociais e económicas, tornando-a numa mistura de culturas e dando-lhe “*novas identidades e novas vivências, com as quais se constrói e se reforça a coesão social*”².

¹ Fadigas, L., *Urbanismo e Natureza – os desafios*, Lisboa: Edições Sílabo, Lisboa, 2010, p.8

² *Ibidem*. p.9

As mudanças no arquétipo social e funcional das sociedades contemporâneas levou a que o uso dos tecidos urbanos centrais das cidades fosse mudando. Por um lado, acabando ao abandono em termos de vivências residenciais, por um outro, ganhando em actividades e funcionalidades. A Avenida Fontes Pereira de Melo foi perdendo a sua função residencial e passou a ter uma função terciária. Esta mudança acabou por se reflectir no edificado, muitos encontram-se em degradação e, outros tantos acabaram demolidos para dar lugar a uma nova construção.

A reabilitação assume aqui um papel de destaque pois, se outrora a habitação na cidade de Lisboa tinha uma ocupação muito importante, nos dias de hoje, a cidade tem vindo a perder cada vez mais população, que se instala na periferia. É necessário portanto, trazer os jovens e as famílias para a cidade, pois se a vivem de dia e, muitas vezes de noite, porque não se estabelecerem nela também?

Sendo Lisboa uma cidade que acolhe tantos estudantes e, em que a maioria da escolha da habitação recai sobre o aluguer de quartos, muito devido à fragilidade e escassez de outro tipo de oferta, é necessário repensar nestes espaços devolutos da cidade, que podem ser uma alternativa num novo habitar da cidade.

Assim, as questões do património da cidade e da perpetuação da sua memória são essenciais para manter a identidade da mesma. A preservação destas memórias não devem ser vistas como um caso de reconstrução mas numa interligação com o contemporâneo, dando espaço para novos usos e costumes. Segundo F. Choay “ (...) a arquitectura é o único meio de que dispomos para conservar vivo um laço com um passado ao qual devemos a nossa identidade (...)”³, deste modo, a intervenção procura intervir tendo em conta a valorização do património existente e ao lugar, fazendo uma ponte entre o passado e o agora.

³ Choay, F., , *A alegoria do património*, Lisboa: Edições 70, 1999, p.17

Mas e a memória? A memória não é algo fixo no tempo, encontra-se sempre em constante mutação, e no edificado é semelhante. A memória de um edifício é o acumular de muitas memórias, de mais antigas ou mais recentes que se acrescentam a si mesmo. Para a memória e as vivências, ou seja, o antigo e o contemporâneo, se conjugarem com valor é necessário uma conexão entre história, programa, usos e costumes, ou seja, o contemporâneo tem que saber dialogar com o antigo e com as memórias do mesmo.

Neste sentido, a proposta parte dessa mesma reflexão: a da conexão de uma reabilitação do edificado existente com uma nova construção contemporânea surgida de um vazio urbano.

1.2 Objectivos

A intervenção pretende a reabilitação de três edifícios devolutos na Avenida Fontes Pereira de Melo, e da ocupação do seu vazio urbano adjacente com uma construção contemporânea que preserve e respeite a memória e identidade daquele espaço, revitalizando-o.

O objectivo deste trabalho também incide sobre a pré-existência e a adaptação da mesma para uma residência de estudantes, tendo em consideração as suas particularidades de habitação de início do século XX e, que salvguarde a memória do edificado e que o preserve num futuro. Assim, é necessário compreender a sua história, que é consequência da evolução da cidade de Lisboa e, entender a sua memória como factores identitários.

Pretende-se intervir no vazio urbano, equacionando várias soluções para que o sitio resulte revitalizado e, consiga, de igual modo, revitalizar o eixo da avenida.

1.3 Metodologia

Na realização deste trabalho foram desenvolvidos vários processos e métodos de trabalho, particularmente através da análise, comparação e interpretação. Partindo de um percurso do geral para o particular, ou seja, da cidade de Lisboa para a Lisboa de Ressano Garcia e, como final para os três edifícios devolutos na Avenida Fontes Pereira de Melo.

Realizou-se então uma abordagem histórica à cidade de Lisboa, conhecendo o seu processo de Lisboa e, mais em particular da expansão da cidade para as Avenidas Novas segundo o plano de Ressano Garcia. Realizou-se uma abordagem que vai de encontro ao tema do trabalho: a memória dos lugares, a estreita relação entre a memória dos lugares, do edificado e dos indivíduos.

Procurou-se fazer uma interpretação e compreensão dos temas através de teorias, conceitos e opiniões descritos numa pesquisa bibliográfica efectuada.

Em simultâneo, e para desenvolvimento do projecto, realizou-se um trabalho de levantamento e interpretação do objecto de estudo através de um processo gráfico, com o auxílio de um modelo computacional em 3D e CAD e, com fotomontagens e desenhos que pretendem solucionar questões projectuais.

1.4 Estrutura

O documento divide-se em quatro partes: Introdução – capítulo 1, Estados dos Conhecimento – capítulos 2,3,4 e 5, Desenvolvimento Projectual – capítulo 6 e Conclusões Finais – capítulo 7.

A primeira parte faz um enquadramento do trabalho proposto, explicando a problemática da intervenção. São também apresentados os objectivos do trabalho ao nível de investigação e

de projecto e, é apresentada a metodologia de desenvolvimento do mesmo. Por último é apresentada a estruturação desta dissertação.

A segunda parte corresponde à explicação dos conceitos e teorias usados para a intervenção e proposta projectual, como enquadramento e fase inicial de estudo, como de desenvolvimento, com recurso a diversos autores e obras. Assim, esta parte faz o desenvolvimento teórico sobre a expansão da cidade de Lisboa, dos lugares e das suas memórias e, da reabilitação.

A terceira parte tem como foco a análise e o desenvolvimento do objecto de estudo e da sua envolvente, justificando as opções tomadas e descrevendo a proposta, indo de acordo ao que foi estudado na segunda parte.

A quarta parte aborda as considerações finais, onde são expostas as reflexões sobre todas as opções tomadas e todo o percurso que levou à conclusão desta proposta e, os anexos que fundamentam o documento escrito.

2. LISBOA MENINA E MOÇA

*No castelo ponho o cotovelo
Em Alfama descanso o olhar
E assim desfaço o novelo
De azul e mar*

*À Ribeira encosto a cabeça
A almofada da cama do Tejo
Com lençóis bordados à pressa
Na cambraia de um beijo.*

*Lisboa menina e moça, menina
Da luz que os meus olhos vêem, tão pura
Teus seios são as colinas, varina
Pregão que me traz à porta ternura*

*Cidade a ponto-luz bordada
Toalha à beira-mar estendida
Lisboa menina e moça e amada
Cidade amor da minha vida*

*No Terreiro eu passo por ti
Mas na Graça eu vejo-te nua
Quando um pombo te olha sorri
És mulher da rua.*

*E no bairro mais alto do sonho
Ponho o fado que sei inventar
A aguardente de vinho e medronho
Que me faz cantar.*

*Lisboa do amor deitada
Cidade por minhas mãos despida
Lisboa menina e moça e amada
Cidade mulher da minha vida.⁴*

⁴ *Fado de Carlos do Carmo*

2.1 A expansão da cidade

Pelas suas características de terreno, pela sua localização e pela sua proximidade ao rio, a cidade de Lisboa esteve desde sempre intimamente ligada a um crescimento urbano que se destacou no espaço geográfico português.

A cerca Moura ou Cerca Velha, é outro exemplo de que o crescimento da cidade era feito desmesuradamente e, sempre difícil de controlar: *“Quando a cidade foi conquistada aos mouros, em 1147, já aquela linha era insuficiente para encerrar todos os moradores, e os arrabaldes já estavam coalhados de habitações”*⁵.

Depois dos ataques dos exércitos de Castela, em 1373, D. Fernando, então rei de Portugal, mandou edificar uma nova cerca que protegesse toda a cidade de futuros ataques, incluindo os arrabaldes, até então desprotegidos na cerca Moura. *“Contavam-se ao todo cinco portas fortificadas, a que, com o tempo, se acrescentariam outras, por necessidades de tráfego e serventia, do lado do rio. Todas elas abriam para caminhos que iam servir os dois arrabaldes, e apontavam para o desenvolvimento destes. Assim Aconteceu, naturalmente e organicamente – e de tal modo que, duzentos anos mais tarde, em 1373, o rei D. Fernando fez construir uma nova muralha que envolvesse a realidade do povoamento, que contaria então com 65 mil pessoas nesta nova área de 101 hectares (seis vezes a anterior) definida em duas partes, a nascente e a poente da cerca velha.”*⁶

No início do século XVI, *“(…)Lisboa modificou profundamente a sua estrutura urbana, física e simbolicamente”*⁷ com a construção do novo paço real junto ao rio, já fora da nova cerca, também com

⁵ Silva, A. V., *Dispersos de Augusto Vieira da Silva*, Lisboa: CML, 1985, p.88

⁶ França, J.A., *Lisboa: urbanismo e arquitectura*, Lisboa: Biblioteca Breve, 1980, p.14

⁷ *Ibidem*, p.19

a construção de novas instalações para o comércio naval, e com o crescimento da zona Oriental, pela Graça, Olarias e pelo arrabalde da Senhora do Monte.

Lisboa passa então a ser definida como “*grande metrópole à escala mundial (...) que viriam a evoluir do seu estatuto e meio rural para sítios e depois bairros*”⁸ caracterizada também pelos seus monumentos, armazéns e conventos. Com a construção do Bairro Alto de S. Roque, a cidade ganha uma nova vida e uma nova urbanidade, que vai além dos seus monumentos, e fica então marcada uma nova passagem na cidade de Lisboa, do século XVI para o século XVII com “*a aquisição de uma consciência urbanística e arquitectónica.*”⁹



Fig. 1 Planta de Lisboa (1650), João Nunes Tinoco. – à esquerda é possível ver o Bairro Alto – bairro que pela sua geometria contrasta com o desenho do resto da cidade e, que mantém até hoje a mesma planta

Com o terramoto de 1755, grande parte da cidade ficou destruída. Depois do mesmo e provocado por ele, seguiu-se um incêndio ainda mais catastrófico, que levou à destruição de mais de dois terços das casas da cidade e ao pânico e desordem. Manuel da Maia, engenheiro-mor do reino, sob as ordens de Marquês de Pombal, apresentou cinco planos para cidade de Lisboa “*a reconstrução pura e simples da cidade, seguindo os*

⁸ França, J.A., *Lisboa: urbanismo e arquitectura*, Lisboa: Biblioteca Breve, 1980, p.21

⁹ *Ibidem*, p. 24

*planos antigos, a correcção destes pelo alargamento das ruas; idêntica prática mas com diminuição a dois pavimentos da altura das casa; a reconstrução dos bairros centrais da parte baixa da cidade, segundo um novo plano – e, finalmente, a construção de uma cidade inteiramente nova, para os lados de Belém, desde Alcântara até Pedrouços, sitio que era objecto de certa predilecção desde o século XVI.*¹⁰

O plano de Marquês de Pombal fora então desenhado por Eugénio dos Santos e Carlos Mardel e consistia então em respeitar dois pontos fulcrais que já pertenciam à Lisboa anterior ao terramoto: o Rossio e a Praça do Comércio.

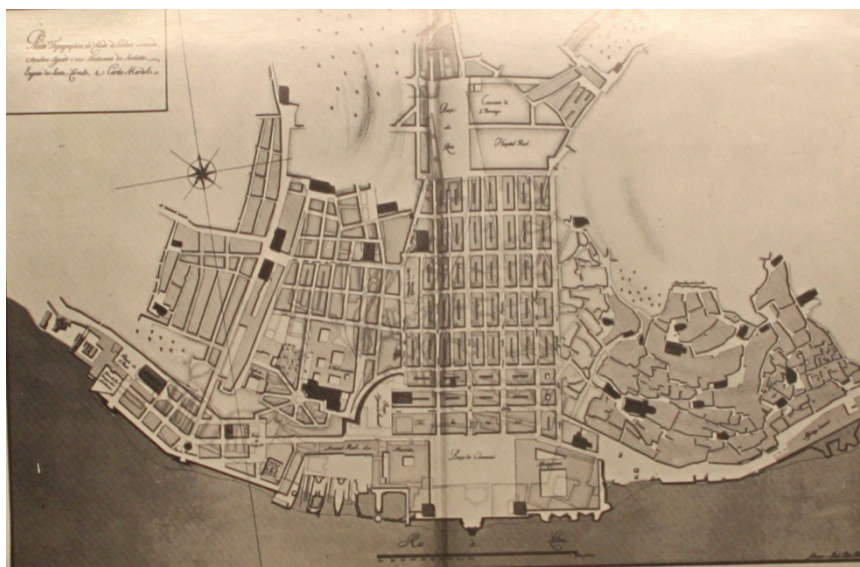


Fig. 2 – Planta de Lisboa proposta por Eugénio dos Santos em 1756, e complementada por Carlos Mardel. – ligação entre a Praça do Rossio e a Praça do Comércio

Estes dois espaços eram ligados por três ruas principais, caracterizadas pela sua largura (Rua Augusta, Rua da Prata e Rua Áurea. Estas ruas eram delimitadas por quarteirões, com diferentes fachadas, mais ou menos trabalhadas, consoante a importância das ruas. Ainda assim, o plano de reestruturação da cidade de Lisboa não se verificou apenas na zona Baixa da

¹⁰ França, J.A., *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Lisboa: Bertrand Editora, Lisboa, 1983, p.78

cidade mas também se alargou alastrou para poente e para nascente, em duas grandes zonas em que os traçados eram mais ou menos regulares, adaptando-se à topografia mais irregular e à malha urbana que resistira ao terramoto, quando em comparação com a baixa da cidade.

O terramoto de 1755 foi, portanto, a etapa de partida para o crescimento da cidade. Até então, Lisboa tinha crescido sempre dentro da área centro da baixa em torno das cercas, primeiro a Moura e posteriormente a Fernandina e, nos seus arrabaldes. O desenho do passeio público, surge ainda durante a intervenção pombalina após terramoto mas, é também a *“primeira quebra prática na continuidade do plano da Baixa (...) é já uma solução de arrabalde, de <fora da cidade>, e talvez por isso, sem uma perspectiva de conjunto (...) criando uma rotura na ligação com a Baixa, que ainda hoje se sente na desarticulação Restauradores-Rossio, materializada na <falsa> Praça D. João da Câmara.”*¹¹ Nos anos seguintes, a cidade não tem um crescimento muito acentuado, mas quando, cem anos depois o crescimento volta a ser significativo, são as indicações e alinhamentos determinados pelo Passeio Público que se tornam num apoio para esse mesmo crescimento.

2.2 A revolução industrial e os novos desafios para a cidade

A primeira grande transformação do território dá-se no final do século XVIII, com o impulso da Revolução Industrial. O desenvolvimento tecnológico permitiu a mecanização da agricultura e, o conseqüente excesso de mão-de-obra. Por outro lado, nos centros urbanos começam a crescer os grandes centros fabris e, a necessidade de mão-de-obra é cada vez mais urgente, levando a uma fuga dos meios rurais para os grandes centros

¹¹ Fernandes, J.M., *Lisboa – Arquitectura e Património*, Lisboa: Livros Horizonte, 1989, p. 20

urbanos. Esta fuga aos meios rurais fez com que a população em grandes cidades crescesse sem controlo *“Entre meados do século XVIII e meados do seguinte, a cidade de Glasgow, na Escócia, cresceu de 30 mil para 300 mil habitantes; Leeds, no centro de Inglaterra, passou no mesmo período de 17 mil habitantes, para cerca de dez vezes mais.”*¹²

Este crescimento da população urbana levantou problemas novos que até então as cidades não tinham soluções e para os quais era necessário procurar novas. As cidades de então, apesar de oferecerem mais trabalho, não eram melhor qualificadas que as zonas rurais, sendo que em muitos casos eram até piores. As áreas urbanas não estavam preparadas para um crescimento populacional tão grande e, *“teve consequências sociais, culturais e políticas que moldaram toda a evolução urbana que lhe seguiu.”*¹³

A habitação tornou-se um grande problema social e, as cidades deram mote a novas vivências, a novas culturas o que levou à inovação arquitectónica e urbana. *“As cidades deixaram de ser elementos pontuais na paisagem global para serem, elas próprias, os elementos determinantes da organização e evolução das paisagens.”*¹⁴

É então, que no século XIX, utopistas urbanos como Charles Fourier (1772-1837), Robert Owen (1771-1858) propõem novas formas de organização urbana baseada em ideologias socialistas. O falanstério, defendido por Charles Fourier, era uma residência colectiva que integrava o trabalho, a habitação e o lazer e, que se conjugavam entre si. Nasce então uma nova forma de habitar nas cidades, tendo um carácter mais económico e social em que as relações entre as trabalhadores e a criação de uma comunidade era um dos princípios ideológicos.

¹² Fadigas, L., *Urbanismo e Natureza – os desafios*, Lisboa: Edições Sílabo, 2010, p.54

¹³ *Ibidem*, p. 55

¹⁴ *Ibidem*, p. 59

Em Portugal, também existia uma forte preocupação com a habitação mais económica, muito devido ao descontrolo populacional. Denominadas, em Lisboa, pelas vilas operárias e, no Porto, pelas ilhas, este tipo de habitação destinava-se aos operários fabris e, eram caracterizadas por serem de carácter económico, pela tentativa de aproveitamento de área e por albergar o maior número de pessoas num menos espaço, mas, ainda assim, tendo em conta questões de salubridade; e eram suportadas por uma iniciativa privada, sem intervenção governamental.

Em 1878 Lisboa tinha 187 mil habitantes e em 1890 tinha já 301 mil. O descontrolo populacional, levou ao descontrolo habitacional e a cidade exigia uma renovação. Essa renovação só poderia ser realizada para fora do perímetro da urbe, que já se encontrava pensado desde 1859, numa proposta apresentada pelo então Presidente da Câmara de Lisboa, Júlio Pimentel, que, partindo do fim do Passeio Público a cidade se estendia até S. Sebastião da Pedreira e ramificava-se até o Campo Pequeno.

Ainda assim, em Lisboa, ainda havia um romantismo em torno da cidade. Pézerat, um arquitecto francês radicado em Portugal, entusiasmado com o plano urbano que Haussmann levara a cabo para a reestruturação urbana de Paris, propusera uma urbanização em conjunto, com *“(...)bairros novos servidos por grandes avenidas e prédios de bom porte (...). Pézerat excluía qualquer ideia da renovação parcial do tecido urbano.”*¹⁵ O que era defendido era uma renovação ambiciosa, tal como tinha sido feita para a cidade de Paris.

Em conjunto com Pézerat foram sendo apresentados sempre planos que acabavam por ser abandonados: um sistema de metropolitano; uma ligação sobre o Tejo entre Xabregas e o Montijo; um viaduto que passaria pela Baixa, ligando Sant’Ana a S. Pedro de Alcântara; e túneis entre o Intendente e S. Bento e a Praça do Município e a do Arsenal. Eram projectos astutos,

¹⁵ França, J.A., *Lisboa: urbanismo e arquitectura*, Lisboa: Biblioteca Breve, 1980, p. 65

sonhadores mas que propunham já uma cidade moderna e que eram um impulso para o crescimento da cidade acima do Passeio Público.

2.3 A Lisboa de Ressano Garcia

Após a morte de Pezerat e com o impulso já tomado para a modernização da cidade de Lisboa, foi aberto concurso para a vaga de engenheiro da Câmara. Frederico Ressano Garcia, então com 27 anos foi o candidato escolhido para o projecto de expansão da cidade e, *“o engenheiro era, logo em 1880, uma figura chave da Câmara Municipal que lhe deve um projecto urbanístico coerente que moldou o sentido contemporâneo da extensão da cidade.”*¹⁶

O plano de Ressano Garcia para a cidade era dividido em duas partes: as ruas adjacentes ao Parque da Liberdade (hoje Avenida da Liberdade) e o troço entre a Avenida das Picoas (hoje Avenida da República, mas que outrora fora Avenida Ressano Garcia) ao Campo Grande – as Avenidas Novas.

Das ruas adjacentes ao Parque da Liberdade houve menos liberdade urbanística, pois os seus limites eram ruas já existentes, como o Rato à Calçada do Salitre a Oeste e as Ruas de S. José – Sta. Marta a Este. Assim, a Avenida da Liberdade é definida como um conjunto da própria avenida com as ruas e bairros adjacentes a si, composto por duas malhas urbanas, a da ortogonalidade do eixo da avenida com a das ruas dos bairros. (fig. 3)



Fig. 3 – Esquema com a estrutura urbana das Avenidas Novas

¹⁶ CML, *Lisboa de Ressano Garcia 1874-1909*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, p.21



Fig. 4 – Esquema da espinha do plano de Ressano Garcia

Na segunda parte do plano de Ressano Garcia, havia claramente uma aproximação ao plano das *boulevards*¹⁷ do Haussmann mas, com uma contenção gerada pela memória de arruamentos já existentes “*introduzindo, na rigidez da malha ortogonal, a respiração lenta da cidade antiga.*”¹⁸ Este plano trazia consigo uma memória do passado para o presente, deixando o Tejo para trás, era como se passa-se da tradicional Lisboa antiga para a moderna nova Lisboa, acabando por envolver as pré-existências neste novo desenho e escala de Lisboa.

Ainda assim, havia uma incompreensão pelo que se estava a projectar, pois nem todos eram de acordo na expansão da cidade para os subúrbios, quando até mesmo o plano de Haussmann para a novos bairros e novas *boulevards*. Talvez por ser um homem de carácter forte, os homens da sua geração acabaram por o contestar, sem nunca conseguirem impor uma outra visão com igual importância.

Numa pequena análise ao plano das Avenidas Novas, podemos verificar que as duas rotundas do plano – Marquês de Pombal e Saldanha, e a praça do Campo Grande, não apresentavam um sistema distributivo, como se queria fazer parecer aquando da planificação da expansão de Lisboa. Só houve um impacto distributivo com a abertura da Av. Estados Unidos da América e a 28 de Maio, apesar de os arruamentos, ainda que rurais, já existirem e já estarem definidos no plano das avenidas.

Este plano de expansão da cidade diferencia-se do plano de Haussmann pela sua expansão para áreas rurais e a não destruição e levantamento de bairros e ruas na Lisboa antiga.

¹⁷ Expressão utilizada pelo presidente da Câmara de Lisboa, Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, em 1859

¹⁸ CML, *Lisboa de Ressano Garcia 1874-1909*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, p.28



Fig. 5– Assinalada a rua de S. José e Sta. Marta que foi mantida no plano de Ressano Garcia como parte da memória da cidade antiga. Esta rua fazia a ligação às áreas rurais em torno da cidade

A estrutura do plano é definida por um eixo que inflecte por duas vezes, na rotunda do Marquês e na do Saldanha, pela impossibilidade de se estender ao longo do Parque Eduardo VII, pela sua estrutura geográfica.

“Se quisermos traduzir a ideia de uma imagem simples, será como uma espinha, quebrada em dois pontos, mas que apresenta, apesar disso, certa continuidade.”¹⁹(fig. 5)

O plano acaba por sedimentar uma nova imagem arquitectónica na nova Lisboa a uma escala mais global que se estendeu a novos tecidos de bairros Lisboaetas – Alcântara, Anjos, Campo de Ourique, em que os mercados, as igrejas, os matadouros, os parques e os caminhos de ferro estão sempre presentes, como um imperativo para a modernidade do bairro.

As avenidas são largas, com separadores centrais ocupados com canteiros ou árvores, marcando definitivamente a sua imagem pois, quando tal não acontece é porque essas vias foram projectadas mais tarde. Assim, o que se verifica é que mesmo que o edificado mude segundo o desenvolvimento urbano, a estrutura e o traçado se mantenha.

A construção tipo era de edifícios de habitação colectiva e, em pontos estratégicos, de moradias isoladas, que procuravam responder às necessidades de famílias de classe média/alta, pois eram quem tinha mais poder económico, visto que se tratava de um plano conseguido através da expropriação de terrenos rurais e posteriormente vendidos a privados para loteamentos.

Logo, durante séculos, Lisboa viveu da sua relação com o Tejo, desenvolveu-se ao longo deste e, as ligações existentes para o centro da cidade eram apenas rurais e serviam apenas de abastecimento à cidade, como por exemplo, a estrada de Benfica, Lumiar ou a da Luz.

Com a reforma urbana de Marquês de Pombal são definidos pela primeira vez, eixos viários que faziam a ligação à baixa da

¹⁹ Fernandes, J.M., *Lisboa – Arquitectura e Património*, Lisboa: Livros Horizonte, 1989, p.32

cidade, como possíveis eixos geradores de expansão da cidade para norte.

Reunidas condições de estabilidade e de crescimento económico, adopta-se para Lisboa um sistema urbano idêntico ao de Haussmann para Paris mas, em que o valor histórico da Lisboa antiga se mantém, *“mudando em definitivo o sentido histórico do crescimento olissiponense.”*²⁰

O crescimento das Avenidas Novas ocorre numa segunda fase de crescimento económico, entre o fim da monarquia portuguesa e a primeira guerra mundial e acaba por ser uma estrutura urbana que *“consagra uma nova estética urbanística que inspirará Lisboa até aos anos 50”*²¹

2.4 A Lisboa contemporânea

A cidade, é um organismo complexo, que vive e se organiza dos conflitos políticos, económicos e sociais, indo além dos seus valores urbanos e territoriais. Estas acabam por se reflectir na sociedade que nela se organiza e, até mesmo, na sua própria organização.

Ao longo dos últimos séculos, as cidades foram sofrendo profundas alterações sempre motivadas pelos mesmos campos: política, ideais sociais, crises económicas, avanços científicos e tecnológicos. Foram estes os parâmetros que foram moldando e vinculando as cidades que hoje conhecemos.

Perante as transformações que as cidades contemporâneas foram sofrendo, a cidade de Lisboa não foi excepção.

Como já foi referido anteriormente, Lisboa teve um crescimento muito informal, começando por se desenvolver dentro das muralhas fortificadas, expandindo-se posteriormente ao longo do

²⁰ Fernandes, J.M., *Lisboa – Arquitectura e Património, Lisboa: Livros Horizonte, 1989, p.36*

²¹ *Ibidem, p. 36*

rio e, mais tarde, para a zona norte da cidade, ocupada previamente por campos agrícolas.

O desenvolvimento da cidade levou à criação de novos núcleos, ou seja, de novos centros. Áreas que, no século passado, eram consideradas centrais na cidade, acabaram por perder a característica de centralidade que outrora tinham.

A Lisboa contemporânea não tem um centro urbano mas sim vários, aparecendo vários espaços dispersos, ao contrário do que acontecia na Lisboa antiga em que a cidade vivia da aglutinação dos espaços urbanos.

Associada a desconexão da cidade estão as deslocações das empresas para fora do grande centro da cidade. Consequentemente interligada a esta desconexão estão novas vias de acesso, que acabaram por definir novos núcleos urbanos.

Assim, é comum que as áreas mais antigas da cidade sejam vividas por uma população idosa, em que os edifícios se encontram devolutos ou em muito mau estado de conservação, resultado da falta de investimentos e da falta de intervenções de recuperação arquitectónica, sendo que muitas vezes não respondem às necessidades actuais da população. Como estes bairros não se adaptaram às necessidades de uma nova população, acabam por ficar caracterizados apenas como centros históricos e nunca têm uma outra conexão.

Por um lado, os bairros históricos da cidade carecem de uma falta de investimento para a sua reabilitação, a nível social têm que lidar com o envelhecimento e o desaparecimento da sua população e, a nível económico não têm capacidade de absorver os grandes centros empresariais e comerciais. Por outro lado, os novos bairros oferecem outras condições de habitabilidade cada vez mais exigidas pelos jovens, como o estacionamento automóvel e há mais área e melhores infraestruturas para a expansão de novos e modernos pontos comerciais.

“(…) a cidade actual tende, pela escala e dificuldades que oferece, a nivelar comportamentos e a reduzir os indivíduos ao anonimato da multidão. O habitante das grandes cidades, novas ou antigas, antigo rural ou antigo urbano, tende a sentir-se desenraizado pela

falta de sítios e laços sociais que terá que reinventar à escala das unidades funcionais de hoje.”²²

Assim, a Lisboa contemporânea tem que lidar com assuntos divergentes, que são resultado do seu processo de expansão: uma Lisboa antiga que está vetada ao abandono e degradação mas que vive da sua identidade e, uma outra Lisboa que está vetada a dormitórios e a grandes centros empresariais.

A memória e a identidade da cidade antiga contribui para a cidade contemporânea o mesmo que a centralização de funções da cidade contemporânea contribui para a cidade antiga. Trata-se, portanto, de um papel bilateral, e tornam a cidade num plano complexo.

Mas, se a Lisboa antiga deixou de ser o centro, pelo menos enquanto área funcional, esta parte da cidade não deixou de ter um papel importante, e acabou por assumir um novo na Lisboa contemporânea. Logo, se a cidade contemporânea permitiu uma descentralização das funções e passou a ter vários polos centrais, que se organizam numa grande complexidade, a cidade antiga acaba por ganhar ao manter e puder afirmar a sua historicidade, memória e identidade.

Ainda assim, a Lisboa contemporânea ficou marcada pelo grande boom demográfico do século XX. A cidade antiga não tinha como responder quando muitos procuravam fugir ao meio rural e procurar na cidade uma nova forma de vida que lhes garantisse mais qualidade. O que levou a que o crescimento da cidade tivesse sido menos programado do que tinha acontecido até então, como o plano de Marquês de Pombal ou de Ressano Garcia.

Assim, a cidade contemporânea acaba por crescer a um ritmo muito acelerado em que não há uma identidade presente. O

²² *Portas, N.NUNO, PORTAS, “O Tempo das Formas – volume I – a cidade feita e refeita”, Guimarães: Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho, Guimarães, 2005, p.150*

individuo acaba por constatar que o edificado tem pouca relação com a envolvente e que os espaços se tornam pouco presentes em si.

Portanto, a Lisboa contemporânea remete-nos para a Lisboa antiga e, faz-nos olhar para ela sempre com uma certa nostalgia. Mas porquê? Porque é na Lisboa antiga que mais genuinamente se encontra a simplicidade e, tudo tem uma fluidez natural. Mas, se assim é, porque deixamos os centros históricos, a Lisboa antiga?

Cabe à Lisboa contemporânea ajudar a reabilitar e a revitalizar a Lisboa antiga, para se conseguir tornar estas áreas da cidade, mais do que um museu para turistas e, sim numa área habitável que corresponda às necessidades das novas urbanidades.

Em contrapartida, cabe à Lisboa antiga ajudar a Lisboa contemporânea a ganhar a sua identidade, a ser memória, a ganhar valor e a juntar-se à Lisboa antiga como um todo.

3. O LUGAR

“What, then, do we mean with the word ‘place’? Obviously we mean something more than abstract location.”²³

²³ Norberg-Schulz, C., *Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture*, Edinburgh: ed. Rizzoli, 1991, p.6 trad. "Então, que queremos dizer com a palavra 'lugar'? Obviamente queremos dizer algo mais do que local abstrato."

3.1 A fenomenologia do lugar

“ A fenomenologia é o estudo das essências, e todos os problemas, (...) é também um relato do espaço, do tempo, do mundo ‘vivos’. É a tentativa de uma descrição directa de nossa experiência tal como ela é (...)”.²⁴

A fenomenologia é a ciência que faz a relação entre o indivíduo e o que o rodeia interpretando os fenômenos que surgem em torno dos mesmos, e trabalha com aquilo que é retirado de uma abordagem comparativa, metafórica e poética. É então, portanto, a descrição da nossa experiência no lugar tal como ela é, ou seja, no seu verdadeiro sentido.

A fenomenologia não considera o mundo como um objecto subdividido em partes e, que possa ser estudado deste modo, mas sim, como um objecto que é pleno, todo, e nunca definido como um pré-existente.

A análise fenomenológica do lugar parte do princípio que é feita uma leitura, compreensão e entendimento do espaço do modo mais sensível e sem juízos possíveis; só assim é possível que se capte a ingenuidade, a essência e o significado do lugar em estudo, chegando assim ao seu *genius*²⁵. O lugar é mais do que um lugar no seu contexto geográfico, ou seja, é mais do que um espaço pois, é também um modo de habitar composto por elementos com significados. Assim, o habitar é também mais do que as quatro paredes, mais do que o significado da casa, pois compreende as relações entre o indivíduo e o meio. O Genius

²⁴ Merleau-Ponty, M., *Fenomenologia da percepção*, São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Lda, 1999, p.1

²⁵ “Genius Loci is a Roman concept. According to ancient Roman belief every ‘independent’ being has its a genius, its guardian spirit” – Norberg-Schulz, C., *Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture*, Edinburg: ed. Rizzoli, 1991, p.18 - trad. “Genius Loci é um conceito romano. De acordo com a antiga crença Romana cada ser “independente” tem o seu génio, o seu espírito guardião”

Loci é separado em dois elementos que se complementam: o espaço e o carácter, numa analogia entre a terra e o céu, a orientação e a identificação, funcional ou visual. Para defender esta filosofia, Norberg-Schulz baseia-se em Heidegger, em que o mesmo também defende que o indivíduo para ser capaz de habitar tem que ter percepção que habita em dois mundos distintos: *o céu e a terra*²⁶, o espaço e o carácter e, que para isso, cabe ao homem entender esta diferença e percebe-las enquanto constituintes separados mas que, têm uma relação entre eles.

Segundo ainda o mesmo autor, há cinco modos de compreensão do lugar, relacionados com a terra e o céu: o sagrado e a cosmologia (terra) e, o carácter, luz e tempo (céu).

3.2 Do lugar ao não-lugar

Os *não-lugares* são resultado de um processo de transformação das cidades, que por consequência são resultado das transformações das sociedades modernas. O mundo moderno é caracterizado pela limpeza dos lugares e da arquitectura, pela uniformidade das mesmas e, resultando assim, na sua perda de identidade.

Não-lugares aparece na obra com o mesmo nome, de Marc Augé, em oposição aos lugares-antropológicos. São definidos os

²⁶ "Earth is the serving bearer, blossoming and fruiting, spreading out in rock and water, rising up into plant and animal... The sky is the vaulting path of the sun, the course of the changing moon, the glitter of the stars, the year's seasons, the light and the dusk of the day, the gloom and glow of night, the clemency and inclemency of the weather, the drifting clouds and blue depth of the ether..." Norberg-Schulz, C., *Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture*, Edinburgh: ed. Rizzoli, 1991, p. 10 trad. "Terra é o portador do servir, florescer e frutificar, espalhando-se em pedra e água, elevando-se em plantas e animais ... O céu é o caminho saltando do sol, o curso da lua mudando, o brilho das estrelas, o estações do ano, a luz e o crepúsculo do dia, a escuridão e brilho de noite, a clemência e a inclemência do tempo, as nuvens à deriva e profundidade azul do éter ..."

não-lugares como espaços sem relações, de passagem, sem história e incapazes de ter identidade, são espaços que facilitam o consumo, a circulação e a comunicação.

*“Os não-lugares transformam-nos em espectadores de um lugar profundamente codificado, do qual ninguém faz verdadeiramente parte.”*²⁷ O que é aqui elucidado é que estes lugares não nos pertencem, muito devido ao isolamento a que nos sujeitam, contudo, pertencem ao nosso quotidiano. *“O não-lugar permite uma grande circulação de pessoas, coisas e imagens num único espaço, transformando o mundo num espetáculo com o qual mantemos relações a partir de imagens e de sons que nos informam sobre como ‘devemos’ agir.”*²⁸ Os *não-lugares* são apenas espaços físicos vazios que, mesmo estando cheios é ilusório pois se os indivíduos não estabelecerem contacto, são, em simultâneo, espaços despejados numa sociedade de espetáculo.

Os *não-lugares* pertencem a um mundo efémero, que interage sempre com a isolamento, e que privilegiam as relações intrapessoais.

Os espaços antropológicos, que surgem em oposição aos *não-lugares*. São espaços criadores de relações interpessoais em oposição aos intrapessoais dos *não-lugares* e, de identidade e de história: *“(...)é simultaneamente principio de sentido para aqueles que o habitam e principio de inteligibilidade para quem o observa (...).”*²⁹ São espaços criadores de identidade pela relação que têm com o utilizador, restringindo uma fronteira entre o eu existencial e os outros.

²⁷ *Acta do VII Congresso Português de Sociologia, Cidades Campos e Territórios, Porto: Faculdade de Letras e Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, 2012, p.5*

²⁸ *Ibidem, p.6*

²⁹ *Augé, M., Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade, Lisboa: 90 Graus Editora, 2007, p.51*

Marc Augé caracteriza os *não-lugares* como espaços característicos de uma sobremodernidade, resultado de alterações urbanas ocorridas ao longo do século XX. Foram tais alterações que acabaram por mudar a vida social dos habitantes das cidades e, por mudar as próprias cidades, criando *não-lugares*. A sobremodernidade cria excessos: de tempo, de espaço e de individualização. São estes excessos que levam à produção de não-lugares, espaços que são iguais em todos os lugares e que não integram com lugares memoriais.

A cidade tem que ser pensada de modo a criar espaços que sejam antropológicos, para que a cidade não seja um lugar de teste aos seus utilizadores, um lugar de estranhos e sim um território familiar.

3.3 O Lugar na Arquitectura e a sua relação com o *eu*

Partindo do pretendo que a existência não pode existir num espaço sem identidade própria, é o lugar que vai ter que assumir a identidade dessa existência. Um lugar é a conjugação do homem e das suas vivências. É com o lugar que o homem vai criar um vínculo de pertença à sua existência e à sua identidade.

Assim, podemos afirmar que um lugar é caracterizado pelas suas características físicas e pelas vivências que proporciona, pois só assim ele tem significado e ganha uma relação, ou seja, se identifica, com o ser que o vive ou o experiencia.

É nesta identidade, nesta relação que o lugar tem com o indivíduo, que é possibilitado ao *eu* habitar esse mesmo lugar, dando-lhe um novo sentido e, retribuindo novamente, numa inter-relação, o sentido e *eu*, o *eu* e o sentido.

“Assim, dizemos como auto-identificação: sou ‘florentino’, ou sou ‘romano’. Se este aspecto do viver for perdido, surge a

*alienação, o alheamento e, na sua relação com o mundo, o Homem perde a sua base existencial*³⁰.

Mas, e na arquitectura? Na arquitectura, o lugar tem destaque enquanto elemento identitário e, de relação entre espaço e significado e faz parte da realidade. A imagem de um lugar está aliada à identidade desse mesmo lugar contudo, hoje verifica-se uma violenta carência de lugares com a proliferação dos *não-lugares*. Essa perda deve-se a perda de uma diretriz e de uma identidade, resultante das renovações próprias do mundo moderno. Consequentemente, os espaços tornam-se homogêneos, perde-se carácter, que nos leva à perda do sentido de pertença, do sentido de habitar, que é isso que nos une ao mesmo e, nos faz viver uma inter-relação também com o mesmo.

Há lugares que cimentam em nós as emoções, que criam uma relação com o eu e, apesar de terem significados diferentes entre nós, consequentemente, acabam por unir e consolidar afinidades. O lugar arquitectónico é, portanto, um espaço associado a imagens e a sensações, que mudam a nossa memória pessoal e a vão construindo.

O lugar acabou por perder parte da sua identidade e do seu sentido e, com essa falta de elementos que o orientam e o identificam, acabou por passar a viver uma relação intra-pessoal, voltando-se sobre si mesmo, deixando de ser habitado, no sentido em que deixa de ser vivido e sentido.

Assim, se o individuo não pode viver num espaço sem identidade, cabe ao arquitecto dar um novo sentido ao lugar, conseguindo vincular o lugar ao seu espírito e, ainda, permitir ao individuo viver nele e, mais do que viver, habitá-lo.

Quando um lugar passa a ser projectado e este se transforma, é função do arquitecto manter a sua essência e identidade e, assim, manter também o que caracteriza o lugar, não o deixando perder-se. Contudo, não pode seguir um percurso que se

³⁰ Aguiar, J., *Cor e Cidade Histórica*, Porto: Publicações FAUP, 2005, p.

encontre desajustado e, conseqüentemente criar um cenário memorial, numa tentativa de recuperar e de reconstruir o que já existiu entre o lugar, a arquitectura e o *eu*.

É então necessário ver de novo a arquitectura, dar importância ao lugar para que assim se consiga interligar de novo a arquitectura com o *eu*, não fazendo nunca caminhos separados, tantas vezes abstractos, cenográficos e, distante de valores. É importante proteger o *genius loci* do lugar para que os ambientes e a sua essência estejam sempre patentes na arquitectura. Esta nova visão requer um afastamento do *eu*, enquanto elemento isolado e, que se identifique com o novo ambiente. Se tal não acontecer, ou seja, se não houver uma orientação e identificação com o lugar, o *meu eu* sente-se perdido, deslocado e inseguro, contrariando a sensação de segurança, de conforto e de protecção que é vivido no lugar.

Cabe também ao arquitecto devolver o espírito ao lugar, permitir que o habitem e, que esse *novo* lugar seja então repleto de *lugares* com significado e importância para o *eu*.

Conclui-se que o contexto cultural em que estamos inseridos condiciona a importância e o significado do lugar pois, são os comportamentos da sociedade que nos rodeia que acaba por definir a nossa personalidade, e em termos mais arquitectónicos, a nossa relação com o espaço.

O lugar é o *lugar* de criação de relações, entre o meu *eu* e outro *eu* e, entre o meu *eu* e o meio. São essas relações que garantem uma sucessão de memórias, de significados, de sentimentos e de sentidos que produzem uma identidade, criando um elo de afecto, um vínculo, entre o lugar e o meu *eu* e, outros tantos *eu*.

Enquanto parte de um estudo arquitectónico, um edificado não é só entendido como matéria mas também segundo aquilo que oferece, ao nível do sentido e da percepção, ou seja, não se trata apenas de uma questão formal mas também de uma questão conceptual, ao nível do sentido da arquitectura.

MEMÓRIA E CONTEMPORANEIDADE

PROPOSTA DE UMA RESIDÊNCIA DE ESTUDANTES NA AVENIDA FONTES PEREIRA DE MELO

4. MEMÓRIA

“Sem memória, o sujeito funde-se, vive unicamente o instante, perde as suas capacidades conceptuais e cognitivas. A sua identidade desvanece-se (...)”³¹

³¹ Candau, J., *Antropología de la Memoria*, Buenos Aires: Nueva Visión, 2002, p.57

MEMÓRIA E CONTEMPORANEIDADE

PROPOSTA DE UMA RESIDÊNCIA DE ESTUDANTES NA AVENIDA FONTES PEREIRA DE MELO

4.1 Memória e Lugares

Na Revolução Industrial e no pós 2ª Guerra Mundial as cidades acabaram por perder a sua identidade, resultado das proporções alarmantes das modificações sofridas e do acelerado ritmo de mutação.

A identidade dos lugares é evolutiva, tal como a cidade, não podem parar no tempo pois assim a vida urbana e a ligação que têm com o restante território acabaria por se perder e de ser apenas representativa.

“A identidade é o nível a que uma pessoa consegue reconhecer ou recordar um local como sendo distinto de outros locais – como tendo um carácter próprio, vivido, único, ou pelo menos particular.”³², recordação essa que é a memória.

É importante perceber, então, que a questão da identidade e da memória dos lugares estão intimamente ligadas. Quando a memória é pequena, ou seja, quando é fragmentada e frágil, a identidade dos lugares também sairá debilitada, no entanto, *“demasiada memória pode conduzir ao abuso da memória, pouca memória pode conduzir ao abuso do esquecimento, ao apagamento da história.”³³, quase como “O monumento, que já era monumento, passava a ser ‘monumentalizado’.”³⁴*

As alterações a que os territórios foram sendo sujeitos ao longo dos tempos foram conduzindo a um renúncia de cultura e de materiais locais, e que por consequência conduziram a uma universalidade e uniformidade da arquitectura.

Este fenómeno já havia sido descrito na *Carta di Gubbio*, assinada em 1960, onde se referiu o receio pela uniformidade das cidades, dos lugares e da arquitectura, revelando uma desconsideração pela memória dos sítios.

³² Lynch, K., *A Boa forma da cidade*, Lisboa: Edições 70, 1981, p.127

³³ Aguiar, J., *Cor e Cidade Histórica*, Porto: Publicações FAUP, 2005, p. 126

³⁴ Pereira, P., *Cidade e Património – textos de apoio a aulas de História Crítica do Património Edificado*, p. 5

A questão da memória, tal como surge intimamente ligada à identidade dos sítios, também surge à historicidade dos lugares. Estes sempre foram considerados mais preciosos em termos de memória quando têm um passado com história. Oposto a isto, os lugares que ainda não foram sujeitos a um mesmo passado acabam por ser considerados excessivamente contemporâneos.

Ainda assim, os centros históricos são hoje um pequeno fragmento nos territórios e, em alguns casos, representam muito pouco o seu edificado. Ainda assim, é comum a permanência da memória nas cidades serem representadas pelos seus núcleos históricos, contudo, a memória das cidades é um conjunto de monumentos, de transformações urbanas e, não somente o que é embrionário da cidade, ou seja, o seu núcleo histórico.

Contudo, a arquitectura recente tem levado a que novos espaços, que pertencem à envolvente da cidade ou, inseridos nos núcleos históricos, sejam a representação de formas de habitar uniformes e homogêneas e, a descaracterização da identidade da cidade que, não se tem que cingir ao histórico mas sim, que formem um conjunto: o histórico e o contemporâneo.

4.2 Preservação da Memória

Aliado à memória dos lugares coexiste a concordância de um passado análogo recheado de lembranças, de novas construções, de demolições, de novas vivências sociais e, para os indivíduos é legítimo que se preserve essa memória.

Assim, quando se trata de preservar uma memória é importante reter que se trata de conjugar a conservação do antigo com a construção do contemporâneo, impedindo um esquecimento mas vinculando o passado no presente.

É necessário, portanto, adoptar medidas para preservar as marcas temporais do passado no presente pois, ao ritmo que as

sociedades se alteram nos dias que correm, levando ao desaparecimento de referências e de suportes de orientações, assistimos a uma individualização da arquitectura, tal como também assistimos à das culturas.

As cidades e, em particular a cidade de Lisboa, depara-se com a problemática da preservação da memória, ou seja, com o que é ou não preservado, com aquilo que faz parte da memória da cidade, com o que faz parte da identidade e se o seu passado se encontra em fuga e o seu futuro ameaçado.

Mas é longa a problemática da arquitectura sobre a preservação da memória e, conseqüentemente, da identidade cultural: “(...) épocas que se consideram modernas e que tendem a estabelecer uma ruptura com o passado são aquelas em que é mais dramático um esforço voluntário ligação ao passado (Renascimento, Revolução Francesa, Revolução Industrial) (...)”³⁵

A necessidade de existir memória na arquitectura não se debate somente com a ideia de voltar atrás ou de memória (no sentido lato da palavra) mas sim, também, da possibilidade da arquitectura contemporânea revelar *história*.

Ainda assim, qual a importância de preservar a memória? É importante e emergente porque a memória da arquitectura é a leitura da história da arquitectura, revelando o processo de vida dos edificados e que nos conduzem para uma arquitectura contemporânea que não negligencia as marcas do passado, mas sim que as usa como manifestação originária.

³⁵ Abreu, P., *Os Palácios da Memória. Dissertação para mestrado em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos*, 1996, p.471

5. REABILITAÇÃO

5.1 Património urbano e Reabilitação

O conceito de património é bastante abrangente e encontra-se em contínua mutação. Pode ser entendido como tudo o que é herança, propriedade privada e como património que faça parte de um colectivo ou da história e memória de uma cultura. Assim, pode ser um conjunto de bens imateriais – costumes e tradições, e de bens materiais – monumentos, conjuntos ou sítios.

O património assume um papel memorial das sociedades e regista os testemunhos e vivências das diferentes épocas; funciona como uma mensagem do passado com repercussões menos reconhecimento, consoante aquilo que a significa e importa para o colectivo.

Podemos assumir que todo o património é essencial ao indivíduo enquanto factor de crescimento social, pelas memórias e histórias que proporciona. Esta importância não é apenas cedida pela sua qualidade, quer seja ela artística ou técnica, mas também pela sua singularidade; pelo papel que assume no bem-estar da sociedade e, pelo papel caracterizador e identificador enquanto elemento que passou do individual para o colectivo.

Na arquitectura, o património é constituído por todos os bens construídos, por todas as formas de edificar, sejam elas eruditas ou populares, deixando de estar restringida ao individual, transpondo-se para o colectivo, ou seja, passando dos edifícios individuais para ser constituído por um conjunto de edifícios ou de tecido urbano (quarteirões, bairros, aldeias, cidades ou parte delas).

Desde há muito tempo que as questões da salvaguarda para o futuro e da conservação do património arquitectónico são estudadas, no entanto, eram apenas tomadas em consideração os monumentos considerados como património histórico e, conseqüentemente, eram somente estes com carácter para conservar e proteger.



Fig. 6 – o fado faz parte do património, como bem imaterial



Fig. 7 – o Mosteiro de Alcobaça faz parte do património português como bem material, pertencendo à categoria de monumento

A questão do património urbano como parte integrante da cidade histórica surgiu apenas quatro séculos depois do conceito de património histórico. Foi um processo que foi sendo retardado pela falta de entendimento da cidade enquanto espaço, e não como apenas “(...) *um nome, uma comunidade, uma genealogia e uma história (...)*”³⁶. O espaço da cidade apenas é abordado através dos monumentos e de símbolos da cidade, talvez por isso, a história da arquitectura seja a história dos monumentos, do património singular e, nunca enquanto colectivo, ignorando a cidade.

Até à Idade Média a conservação dos monumentos era feita pela reutilização dos mesmos, o que levava a que fossem demolidas e construídas novas partes do edificado, de acordo com as normas arquitectónicas e construtivas da época embora, sem que a sua estrutura fosse demasiada alterada. O monumento era respeitado como um objecto do qual se deveria tirar aproveitamento através da reutilização do mesmo.

Na época do Renascimento, através das iniciativas papais, surge, primeiramente, uma preocupação pela preservação dos monumentos. A proposta apresentada por Alberti pretendia instituir um método projectual que trabalhasse a reutilização das pré-existências, ainda de acordo com a bula papal *Cum Albam mostram urbem*³⁷. Esta proposta de Alberti baseava-se em três hipóteses de trabalho: “ (i) *continuar o monumento no estilo primitivo; (ii) tentar uma simbiose entre o estilo antigo e as linguagens contemporâneas, desenvolvendo um adequado projecto de transformação e correcção estética; (iii) ocultar ou recobrir a estrutura antiga sob uma nova membrana, uma nova fachada, de linguagem actualizada.*”³⁸ As intervenções no património, na época renascentista eram realizadas através da reutilização do edificado mas restituindo-lhe a arquitectura de

³⁶ Choay, F., *A Alegoria do Património*, Lisboa: Edições 70, p 157

³⁷ Bula papal instituída por Pio II (1458-1464) a 28 de Abril de 1462

³⁸ Aguiar, J., *Cor e Cidade Histórica*, Porto: Publicações FAUP, 2005, p. 35

origem, mesmo que para tal fosse necessário recorrer à imaginação por não haver registos passados.

No século XIX, as heranças da idade média e alguns monumentos recentes começam a ser classificados como património e, o conceito alarga-se. Todos os monumentos históricos são submetidos a um cuidado especial de conservação, por vezes lesivos, e o restante património é reutilizado de um modo menos rígido, acabando por ser alterados e reutilizados, como é o caso de edifícios de conventos reconvertidos em escolas, hospitais e quartéis.

Com a revolução industrial, a cidade histórica torna-se objecto de estudo enquanto elemento identificador de uma cultura. No século XIX, quando Haussmann assumiu um papel de novo planeador da cidade de Paris, defendendo a modernização do seu tecido, acabou por tornar a cidade num novo objecto e conceito de estudo e de trabalho, alheada aos monumentos singulares, como tinha sido feito até então, que se pode definir em três figuras principais, segundo Françoise Choay: memorial, histórica e historial.

John Ruskin foi o precursor da figura memorial. Quando nos anos sessenta do século XIX, começam as obras no antigo tecido urbano de Paris, Ruskin manifesta a sua contrariedade perante as intervenções do novo plano que, a seu ver, feriam a estrutura das cidades antigas e o seu tecido, pois para ele era essa a grande característica da cidade. As cidades da era pré-industrial eram consideradas sagradas para si e, Ruskin defendia que as devíamos continuar a habitar tal como elas eram: habitar no presente o passado, recusando a transformação deste espaço urbano, ou seja, entender a cidade como um monumento intocável. As cidades modernas do século XIX eram para si lugares sem sentido próprio e sem tradições, a que este se opunha acerrimamente, pois era movido pelo romantismo das cidades e contra os avanços da cidade industrial.

O conceito de ‘cidade histórica’ aparece com grande destaque no tratado de Camillo Sitte ³⁹ *Der Stadtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen, urbanismo segundo os seus fundamentos artísticos* (1889).

Sitte, menos radical que Ruskin, também se opõe à cidade moderna e à desqualificação estética dos espaços nela existentes pois, a seu ver, a inovação técnica da cidade pós-industrial depreciava a beleza urbana da mesma. Este acreditava que o caminho para a preservação dos conjuntos urbanos seria o da salvaguarda e da preservação do monumento, aceitando-o como testemunho artístico e, também, como testemunho da história – a figura histórica.

“*Estarão as metrópoles contemporâneas condenadas a este grau zero da beleza urbana? Pode conceber-se e preparar-se o advento de uma arte urbana em concordância com o futuro da sociedade industrial?*”⁴⁰. Estas questões levantadas por Sitte no seu tratado são tentadas a responder pelo estudo fenomenológico dos espaços antigos da praça e da sua relação com a restante cidade. Ainda assim, o que Sitte propunha não era uma cidade-museu, pois a cidade contemporânea não devia propor espaços copiados ou reproduções da cidade antiga mas sim, “ (...) *um conjunto de caracteres formais, comuns aos diferentes exemplos de espaços públicos antigos (...): cercado, assimetrias, diferenciação de elementos.*”⁴¹ Demonstrava, portanto, estar ciente que as mudanças nas cidades eram inevitáveis, contudo, defendia a utilização dos avanços tecnológicos para encontrar a beleza estética na cidade pós-industrial.

A terceira figura referente à cidade antiga apareceu na obra de Gustavo Giovannoni, que interpretou o conceito de património urbano de modo diferente dos seus antecessores e, bastante moderna para a época.

³⁹ (1843-1903) *Historiador e arquitecto vienense*

⁴⁰ Choay, F., *A Alegoria do Património*, Lisboa: Edições 70, p 161

⁴¹ *Ibidem*, p. 162

Giovannoni defendia que a cidade era património enquanto conjunto urbano e, não somente, enquanto património individual de edificado, revelando, deste modo, um entendimento das escalas de intervenção como modo de salvaguarda da cidade antiga.

A principal intimação ao património urbano advém dos arquitectos modernistas. A Carta de Atenas do Urbanismo publicada depois do Encontro Internacional dos CIAM de 1933, seguia teorias opostas ao que era defendido por pelas três figuras anteriores e, os arquitectos modernistas ansiavam por desenharem novas urbanidades. A destruição causada pela 2ª Grande Guerra Mundial foi o despoletar dessa oportunidade e acabou por ter como consequência a demolição das áreas afectadas pelos desastres e a construção rápida de novas urbanizações, o que levou a “ (...) profundas alterações funcionais e morfo-tipológicas.”⁴² Esta prática, que substituiu o velho pelo novo, levou à construção de novas urbanidades, maioritariamente com baixo nível de qualidade construtiva.

A Carta de Atenas defendia o alargamento e a construção de novas vias, mesmo que para tal esventrassem os tecidos antigos das cidades, a substituição de edificado sem respeitar a matriz urbana já existente, ou seja, sem respeitar os valores históricos, culturais e identitários e, sempre com a remição de preocupações higienistas. A cidade moderna era, portanto, assente num princípio de contestação à morfologia da cidade tradicional.

Em suma, até aos princípios dos anos 60 as práticas levadas a cabo para a conservação do património arquitectónico eram bastante limitativas, já que abrangiam apenas monumentos históricos. Nos novos planos urbanos desenvolvidos eram tomadas duas posições: ou se ignorava a cidade histórica, expandindo-se noutro sentido ou, as cidades eram ignoradas enquanto memória e identidade e laceradas, com intuito de



Fig. 8 – Plano Voisin proposto por Corbusier para a cidade de Paris. Toda a sua área histórica era arrasada e construída uma nova assente nos princípios da cidade moderna.

⁴² Aguiar, J., Cabrita, A.M.R., Appleton, J., *Guião de apoio à Reabilitação de edifícios habitacionais – volume I*, Lisboa: LNEC, 1998, p. 8



Fig. 9 – Cidade de Bath, Inglaterra



Fig. 10 – Cidade de Bath, Inglaterra

reordenar o território. Comprovando as ideologias de salvaguarda do património, há casos em que as cidades, ou aldeias, se mantêm como referência a uma memória passada: em Portugal temos o caso da aldeia de Monsanto ou de Óbidos e, no estrangeiro de Carcassone (França) e Bath (Inglaterra).

A Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios, também conhecida por Carta de Veneza, marcou como ponto de viragem a intervenção sobre o património. Esta, além de definir novamente o conceito de património, faz referências ao modo de conservação e de restauro do edificado, como um manual de boas práticas.

Assim, foi-se assistindo, gradualmente, à afirmação da reabilitação e da conservação como uma forma de qualificar a cidade antiga e o seu edificado, de melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes, de “(...) potenciar os valores socioeconómicos, ambientais e funcionais de determinadas áreas urbanas (...)”⁴³. Na arquitectura assistiu-se a um período de musealização e de *historicistas*⁴⁴ da reabilitação, quase como um cânone formal imposto ao pré-existente na cidade. “*O certo é que os centros históricos que hoje são considerados exemplares, ‘perfeitos’, replanificados e valorizados, são por natureza, uma tentativa de elisão do tempo, a fixação ou uma permanência cristalizada de um momento – sem dúvida belo e de apetecível fruição.*”⁴⁵. Trata-se portanto de um problema de uma pós-modernidade – os centros históricos tornam-se museus e deixam de ser vividos, passando a ser apenas alvos de visitas de turistas.

Contudo, acabou por se chegar a um término (mais ou menos consensual) da ideia de reabilitação, ou seja, de que esta deve ter como apoio a pluralidade da cidade e da sua cultura e identidade, de que a memória dos sítios deve ser (re)incorporada. Em suma, a

⁴³ Aguiar, J., Cabrita, A.M.R., Appleton, J., *Guião de apoio à Reabilitação de edifícios habitacionais – volume I, Lisboa: LNEC, 1998, p. 8*

⁴⁴ expressão utilizada no livro *Guião de apoio à Reabilitação de edifícios habitacionais – volume I, 1998*

⁴⁵ Pereira, P., *Cidade e Património – textos de apoio a aulas de História Crítica do Património Edificado, p. 2*

arquitectura deve ser a harmonizadora da relação entre a conservação da memória e a construção da modernidade e, da conjugação com a cultura dos indivíduos que a habitam. A degradação da imagem das cidades é um problema para a preservação da sua memória, da sua identidade e das suas características identitárias. Como resolução destes problemas é necessário que haja uma comunicação entre os núcleos históricos da cidade e, os seus novos centros urbanos. Deste modo, há que repensar o papel que a cidade antiga tem na cidade contemporânea e, o inverso.

A cidade contemporânea não deve ter uma atitude de preservação excessiva para com as cidades antigas. A cidade antiga é parte da memória do indivíduo colectivo contudo, quando é excessivamente musealizada, deixa de conseguir acompanhar os avanços da cidade contemporânea. A duas devem assegurar que as memórias colectivas são preservadas, e que contribuem para a formação das sociedades futuras.

Se a memória das cidades representa a identidade colectiva dos indivíduos que nela habitam, esta tende a mudar, a ir evoluindo e, cabe a si mesma saber respeitar o que deve permanecer e o que deve evoluir e, assim, não se deixar paralisar n tempo. Se assim for, a vida urbana da cidade deixa de ser representativa da memória colectiva dos indivíduos que nela habitam.

O que se pode deduzir é que, cada hipótese de reabilitação e de conservação difere da seguinte. Tal acontece porque é necessário preservar a identidade e a memória da cidade antiga contudo, temos também que confirmar o seu avanço no futuro e, o seu avanço na história. A arquitectura é o espelho de uma sociedade, mostra-nos aquilo que ela é e o que a mesma faz. É, simultaneamente, a memória dessa sociedade. Importa então através da reabilitação a preservação dessa mesma memória.

6. PROPOSTA PROJECTUAL

6.1 Análise Urbana

“A Avenida Fontes Pereira de Melo que principia igualmente na Praça do Marquês de Pombal (Rotunda), é bem uma avenida moderna; aos olhos dos que a sabem ver e descobrir-lhe a estética, passa por ser uma das mais bonitas de Lisboa.”⁴⁶

O edificado de projecto encontra-se inserido na Avenida Fontes Pereira de Melo, uma das mais movimentadas da cidade de Lisboa, pois faz a ligação entre a Praça Duque de Saldanha e a Praça Marquês de Pombal, que, por sua vez, fazem a ligação à zona Sul e Norte da cidade, respectivamente.

O plano do engenheiro Frederico Ressano Garcia expandia a cidade de Lisboa para Norte, com três grandes avenidas articuladas: Avenida da Liberdade, Avenida Fontes Pereira de Melo e Avenida da República, acabando por ser o mais importante projecto de desenho urbano da cidade de Lisboa desde a Baixa Pombalina.

Além de ser um plano que planeava a expansão de Lisboa, integrava na cidade moderna a cidade antiga, através de antigos caminhos que faziam a ligação às zonas rurais, não renegado a topografia e a toponímia antiga da cidade, como já foi referenciado anteriormente.

Na actualidade a Avenida Fontes de Pereira de Melo pertence à Freguesia de Arroios mas encontra-se no limite entre esta freguesia e a das Avenidas Novas.

⁴⁶ Ramalho, R.S.L., *Guia de Portugal Artístico – volume 1º, Lisboa: Editora Portugal, 1933, p.74*



Fig. 11 – Esquema da ligação da cidade pelo Plano de Ressano Garcia



Fig.12 – Mapa de vazios da área adjacente à Avenida Fontes Pereira de Melo





Fig.13 – Mapa de cheios da área adjacente à Avenida Fontes Pereira de Melo



Como é possível verificar através das figuras anteriores, a área adjacente à Avenida onde se insere o objecto de estudo, é bastante construída contudo, e modelada por avenidas e ruas largas onde o vazio do interior do quarteirão tem bastante expressão.

O edificado de estudo, por pertencer ao plano de expansão da cidade, é mais semelhante em termos de morfologia de quarteirão e de edificado, aos das Avenidas Novas. A malha é de traçado

regular em que o quarteirão é a unidade estrutural urbana, organizando-se em rua principal e secundárias, em que a principal é a Fontes Pereira de Melo.

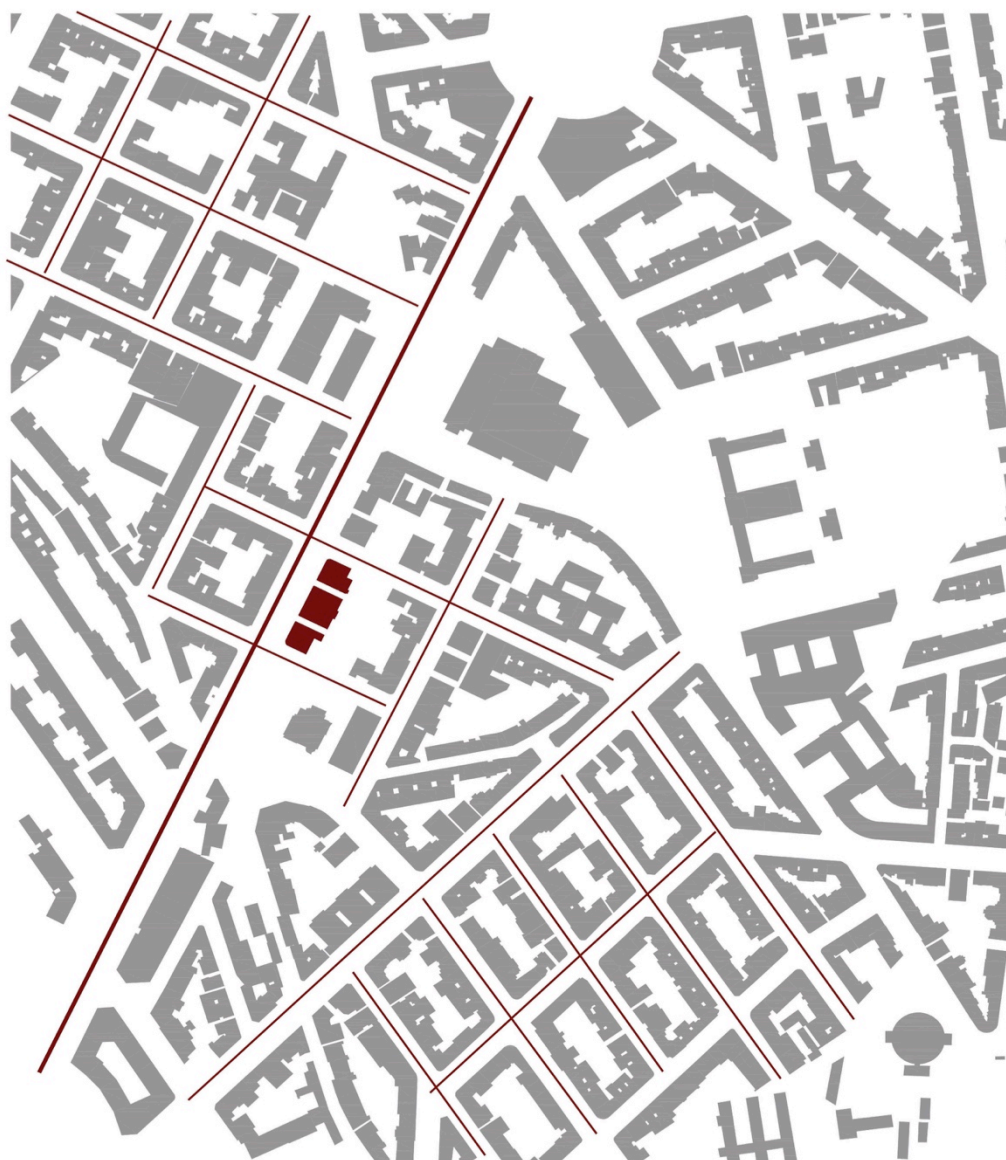


Fig.14 – Mapa de ortogonalidade da área adjacente à Avenida Fontes Pereira de Melo



Outrora o que foi uma Avenida unicamente habitacional e destinada a uma classe média/alta, hoje é conhecida por ser uma avenida de serviços.



Fig.15 – Mapa Esquemático da Avenida Fontes Pereira de Melo com a representação do tipo função do edificado da avenida. Pelo esquema de cores consegue perceber-se que há poucos edifícios com um propósito habitacional.

Os espaços públicos possuem bastante importância enquanto “(...) elemento aglutinador do sentido de comunidade (...)”⁴⁷ assim o espaço público é capaz de ter “ (...) múltiplas utilizações, pode ter um papel central nas aglomerações em termos de socialização ou circulação (...)”⁴⁸.



Fig.16 – Mapa de edificado marcante na área envolvente à Avenida Fontes Pereira de Melo

⁴⁷ Toussaint, M., *Anuário de Arquitectura [12], Casal de Cambra: ed. Caleidoscópio, 2009, p.9*

⁴⁸ *Ibidem, p.9*

Nesse sentido, se verificarmos na área não existem muitos elementos que cumprem a função de espaço público enquanto elemento de permanência e de ligação da comunidade. O Parque Eduardo VII, o jardim da Praça José Fontana, os centros comerciais da área – Monumental, Atrium Saldanha, Saldanha Residence e Picoas Plaza acabam por ter uma vivência associada ao horário laboral dos indivíduos que trabalham nos edifícios de serviços da zona, ou de estudantes do Liceu Camões. São, portanto espaços de permanência mas, de uma permanência limitada.



Fig.17 – Mapa de património na área envolvente à Avenida Fontes Pereira de Melo



A Avenida Fontes Pereira de Melo distingue-se por ser parte do património urbano da cidade mas, devido ao estado de conservação do seu edificado e, por parte dos edifícios originais do plano já terem sido demolidos, acaba por não ser a que mais representa a arquitectura do final do século XIX, resultando da sua degradação e perda identitária.

Apesar de alguns casos de edifícios devolutos ao longo da Avenida e, ao longo da área de estudo inicial – a freguesia de Arroios, destacam-se alguns já seleccionados e, o conjunto de edifícios devolutos e do seu vazio urbano adjacente.

A Avenida Fontes Pereira de Melo foi vendo a sua população mudar ao longo dos seus anos. Inicialmente, como já foi referido, para habitantes de classe média/alta, hoje destina-se, quase na sua maioria a serviços. Assim sendo, os indivíduos que habitam a Avenida são, maioritariamente, quem trabalha na zona ou, turistas que pernoitam nos hotéis existentes na avenida e na sua proximidade.

Por ser uma Avenida que faz uma importante ligação viária na cidade de Lisboa e, por se encontrar entre duas grandes áreas de serviços da cidade, acaba por ver esses serviços prolongados sobre si, tal como aconteceu, à sua semelhança, a Avenida da República e a Avenida da Liberdade. Tal também se deveu ao facto de muitas das empresas se sediarem nestas áreas devido à falta de oferta de edifícios unicamente de serviços no centro da cidade e, assim, preferirem edifícios com grandes áreas e, com beleza arquitectónica. Ainda assim, muito do edificado da Avenida acabou por ser demolido e dar lugar a novas obras, sem relações arquitectónicas e sem apreço pela memória e identidade daquele lugar.

Assim, a vida nesta Avenida acabou por se alterar, não havendo quase sinais do viver habitacional que outrora ali se presenciou.

Também deste modo, crente de que é possível dinamizar a zona, torná-la mais vivida além do horário de trabalho e,

conseguir trazer mais habitantes para a mesma, surge a proposta de uma residência de estudantes com um complexo de apoio.

A residência de estudantes surge como uma entidade que convida à permanência nos espaços e como ponto de encontro de uma comunidade. Em conjunto, a reabilitação do vazio urbano existente, faz com que desapareça o fosso existente entre a rua Martens Ferro e a Rua Andrade Corvo e, conseqüentemente, a aparência de abandono que aquele conjunto de quarteirão transfere para toda a Avenida.



Fig.18 e Fig. 19 – Vazio urbano adjacente aos três edifícios devolutos – visibilidade existente entre a rua Martens Ferro e rua Andrade Corvo – efeito da presença do vazio na Avenida Fontes Pereira de Melo

Importa também que a residência de estudantes e o complexo de apoio seja o início da mudança de vivência e de identidade da Avenida, ou seja, que perca o carácter de passagem e ganhe o carácter de permanência e, que a reabilitação do edificado e do vazio seja um impulso para a reabilitação do edificado patrimonial da avenida (e das suas adjacentes) e, conseqüentemente, de carácter de desenvolvimento identitário.

6.2 Análise do objecto de estudo – contexto actual

Após a análise da área do plano de Ressano Garcia e da Avenida é possível passar à análise do objecto de estudo – o conjunto de três edifícios, números 23, 25 e 27 e do vazio urbano adjacente.

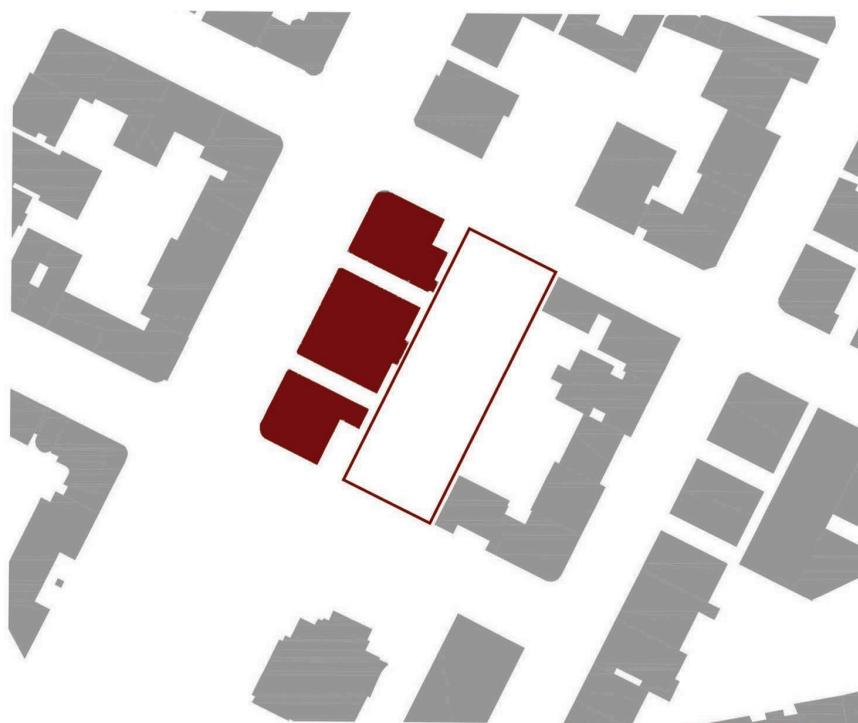


Fig.20 – Edifícios e vazio adjacente em estudo

Os edifícios encontram-se desocupados, devolutos, emparedados e com uma liga metálica em seu torno, colocada após a intervenção da Câmara Municipal de Lisboa e de obras do Banco Millenium BCP.

Adjacente aos mesmos, existe um vazio urbano deixado após a demolição de dois edifícios semelhantes que, compunham e fechavam mais o quarteirão, formando um conjunto de cinco edifícios.

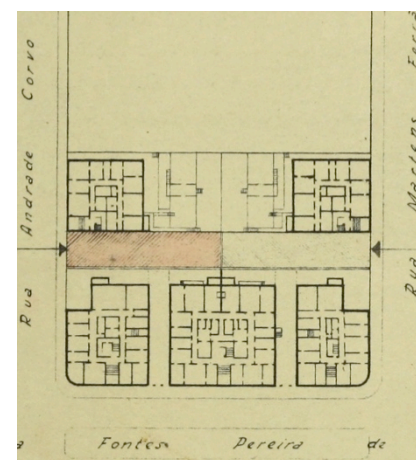


Fig.21 – Planta de Implantação do conjunto edificado antes da demolição dos dois edifícios

Neste sentido, a proposta de intervenção passa por trabalhar o vazio urbano como um conjunto de apoio à residência de estudantes – implantada nos edifícios devolutos, de modo a promover a proximidade da população ainda residente, e originar um novo espaço de permanência nesta área, devolvendo a dinâmica de outrora.



Fig. 22 – Fotografia da frente de rua. Estado actual dos edifícios.



Fig. 23 – Fotografia das traseiras dos edifícios e da relação com o vazio urbano

Esta intervenção teve também o propósito de quebrar a visualização directa para o interior do quarteirão, potenciado pelo vazio urbano pois, essa situação é antagónica à ideologia determinada para um quarteirão.

Através da recolha de informação sobre o edificado existente no Arquivo Municipal de Lisboa e, com um levantamento fotográfico foi realizada uma análise que compreenda esses

dados recolhidos pois, não foi possível visitar os edifícios e, o vazio urbano, já que também se encontra vedado.

Os edifícios devolutos são do final do século XIX. Eram somente de habitação e destinados a uma classe média/alta, tal como todos da Avenida e, construtivamente com características gaioleiras.

Ao nível construtivo, será feita uma análise síntese dos edifícios de estudo a partir dos seguintes pontos: paredes, pavimentos, varandas e terraços.

- Paredes: As paredes exteriores dos edifícios são em pedra – visível através da parte em derrocada de um edifício, e com 65cm de espessura. Apesar de na maioria dos edifícios com características gaioleiras terem uma dimensão diferente na relação frente-taroz, neste caso, através das plantas cedidas pelo arquivo municipal tal não se verifica. Isto pode acontecer por erro nas plantas de arquivo ou, na realidade ser deste modo. Pela impossibilidade de aceder ao interior do edificado não é possível confirmar esta informação.

As Paredes interiores são definidas por dois tipos: as frontais e as de tabique. As frontais são as mais importantes, são de tijolo e e têm um carácter estrutural. As de tabique são em madeira, mais finas e funcionam como divisórias.

- Pavimentos: Os pavimentos dos edifícios têm uma estrutura de madeira, tendo duas hipóteses: ou serem em todas as divisões de madeira, usualmente o pinho ou, em divisões como a cozinha e as casas de banho de azulejos.
- Varandas e Terraços: As varandas e os terraços que existem nas traseiras dos edifícios são sempre metálicas e, são os elementos que mais caracterizam este tipo de edifícios. Nestes edifícios, já não existem as varandas de origem, ou por roubo do ferro ou pelas obras já iniciadas pelas diversas vezes.

-

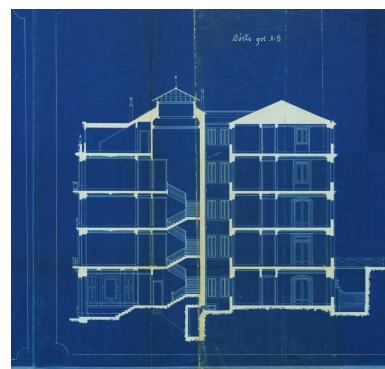


Fig. 24 – documento recolhido no arquivo municipal



Fig. 25 – documento recolhido no arquivo municipal

Como os edifícios são todos independentes uns dos outros, apesar de formarem um conjunto e de pertencerem a um mesmo quarteirão e, para ser mais fácil a descrição dos mesmos, passa-se a identificar com letras.

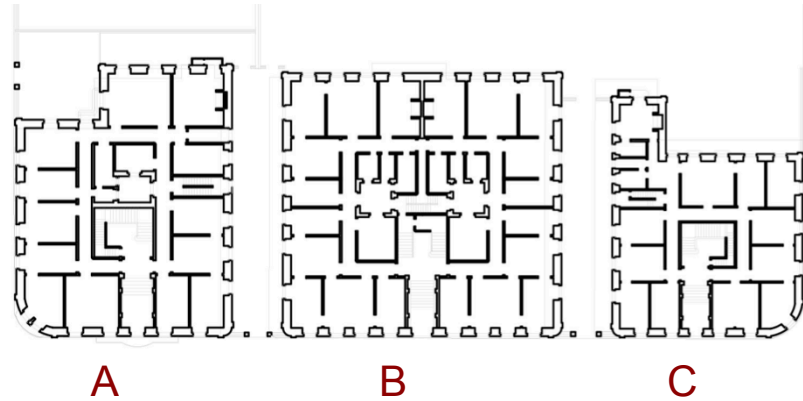


Fig. 26 – Planta de identificação dos edifícios – plantas originais

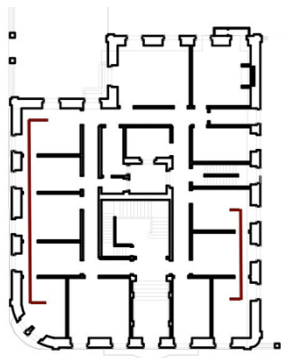


Fig. 27 – relação interna entre espaços

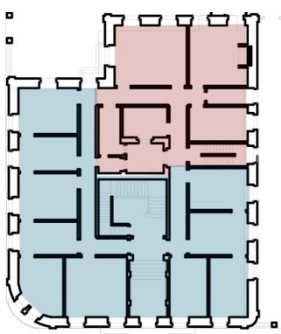


Fig. 28 – espaços empregados – verm.

Espaços dos donos da casa - azul

O edifício A, o número 27 da Avenida Fontes Pereira de Melo, é um edifício com características gaioleiras. Tem 6 pisos, em que um é arrecadação e outro sótão e, é composto por uma habitação por piso, demonstrando que era uma habitação para uma classe alta. As divisões voltadas para a frente de rua, têm sempre uma ligação entre si, criando uma relação inter-espacial e eram destinadas aos donos da casa. As que são voltadas para o vazio urbano eram destinadas aos criados e a actividades dos mesmos – cozinhas e sanitários e, parte das divisórias interiores são voltadas para um saguão, que garante a iluminação e ventilação destes espaços. O edifício tem as suas varandas metálicas voltadas para a Av. Fontes Pereira de Melo e, nas suas traseiras parte do edificado já se encontra em derrocada.



Fig. 29 e Fig. 30 – Situação actual do edifício A

O edifício B, o número 25, tem 6 pisos também, em que um é arrecadação e outro é sótão. Este edifício, por ser mais largo, já tem uma distribuição de esquerdo-direito, não perdendo, em comparação com o anterior, a nobreza de habitação. Tal como no edifício A as salas nobres das habitações são voltadas para a Avenida e possuem um sistema de circulação entre salas, junto aos vãos. Cada habitação possui um saguão interior para ventilação e iluminação dos espaços interiores. Este edifício possuía umas marquises metálicas nas traseiras, ou seja, na fachada voltada para o vazio urbano, que entretanto desapareceram.

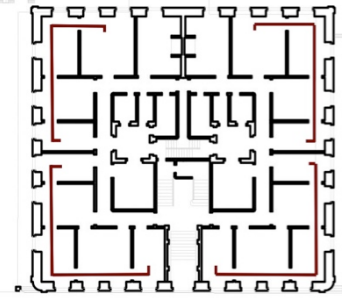


Fig. 31 – relação interna entre espaços



Fig. 32 e Fig. 33 – Situação actual do edifício B

O edifício C, pertencente ao número 23, aparenta ter um esquema de duas habitações por piso, num sistema de distribuição esquerda-direito.

Contudo, analisando a distribuição das divisões junto à fachada tardoz, conseguimos perceber que por não existir um sistema espelhado e, por se verificar apenas uma divisão que serve os dois lados dos edifícios (o esquerdo e o direito), podemos então ver que também era uma habitação por piso, demonstrando a imponência do edificado. Também como característica, este edifício já teve um acrescento à sua planta original, perceptível através de plantas do arquivo e de distinção na fachada. Dissonante dos três, não possui saguão e também não tem nenhuma divisão interior. Parte do seu edificado já se encontra muito danificado.

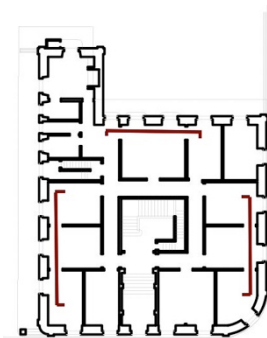


Fig. 34 – relação interna entre espaços

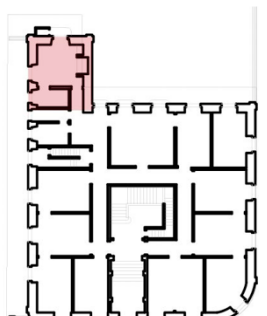


Fig. 35 – Construção Posterior



Fig. 36 e 37 – Situação actual do edifício C

Através das plantas recolhidas no arquivo podemos verificar que o que existia no tardo dos edifícios, além dos outros dois edifícios que já foram demolidos, existia uma garagem comum ao conjunto dos cinco edifícios. Essa garagem era implantada numa cota abaixo à do piso de entrada dos edifícios e, com um acesso pedonal por uns saguões que existiam junto aos mesmos e, por uma entrada de veículos pela rua Martens Ferro.

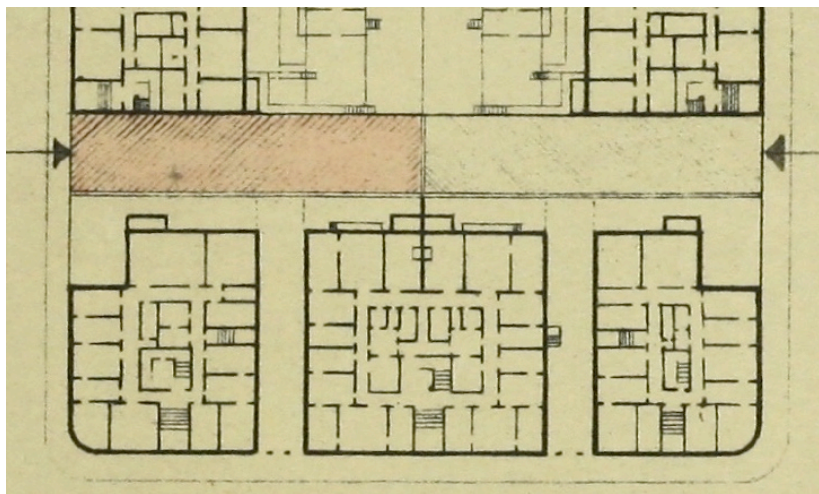


Fig.38 – Planta de Implantação do conjunto edificado antes da demolição dos dois edifícios

Também neste vazio urbano e devido às obras levadas a cabo pelo Banco Millenium, se encontra uma estrutura de pilares, lajes e vigas, já pensadas para um parque de estacionamento subterrâneo, com um muro de suporte aos pátios do restante quarteirão e aos três edifícios propostos para reabilitação.



Fig. 39 e 40 – Situação actual do vazio adjacente aos edifícios

6.3 Programa

Lisboa todos os anos recebe milhares de jovens que ingressaram no ensino superior e, a grande oferta de habitação temporária continua a ser de particulares.

A elaboração da proposta de trabalho partiu do programa da Câmara Municipal de Lisboa: Lisboa 2020 com uma série de estratégias estruturantes para a cidade, sendo que uma delas era o desenvolvimento de equipamentos que tornassem *Lisboa Cidade da Aprendizagem e da Investigação*. Nesse sentido, acabou por se focar no estudo da freguesia Arroios-Pena e das suas necessidades urbanas, tendo sido a conversa com a Presidente da Junta de Freguesia fulcral pois, uma das grandes necessidades apontadas era a da construção de um apoio aos jovens estudantes.

Após o levantamento do edificado devoluto da freguesia e, pelo seu estado avançado de degradação e, também, pelas suas grandes dimensões, os três edifícios e o vazio urbano existente eram um conjunto que satisfazia as necessidades anteriormente referidas. Igualmente, por se tratarem de edifícios habitacionais e, por opção, se querer manter a mesma programática, mas adequada às necessidades actuais, pesou na escolha do trabalho sobre as residências universitárias.

Outro factor importante para esta escolha foi a localização junto a um eixo viário tão importante na cidade e, as ligações que o mesmo faz: na sua proximidade há 3 linhas de metropolitano – Marquês de Pombal, Picoas e Parque e, inúmeros autocarros que fazem ligações dentro e para fora da cidade.

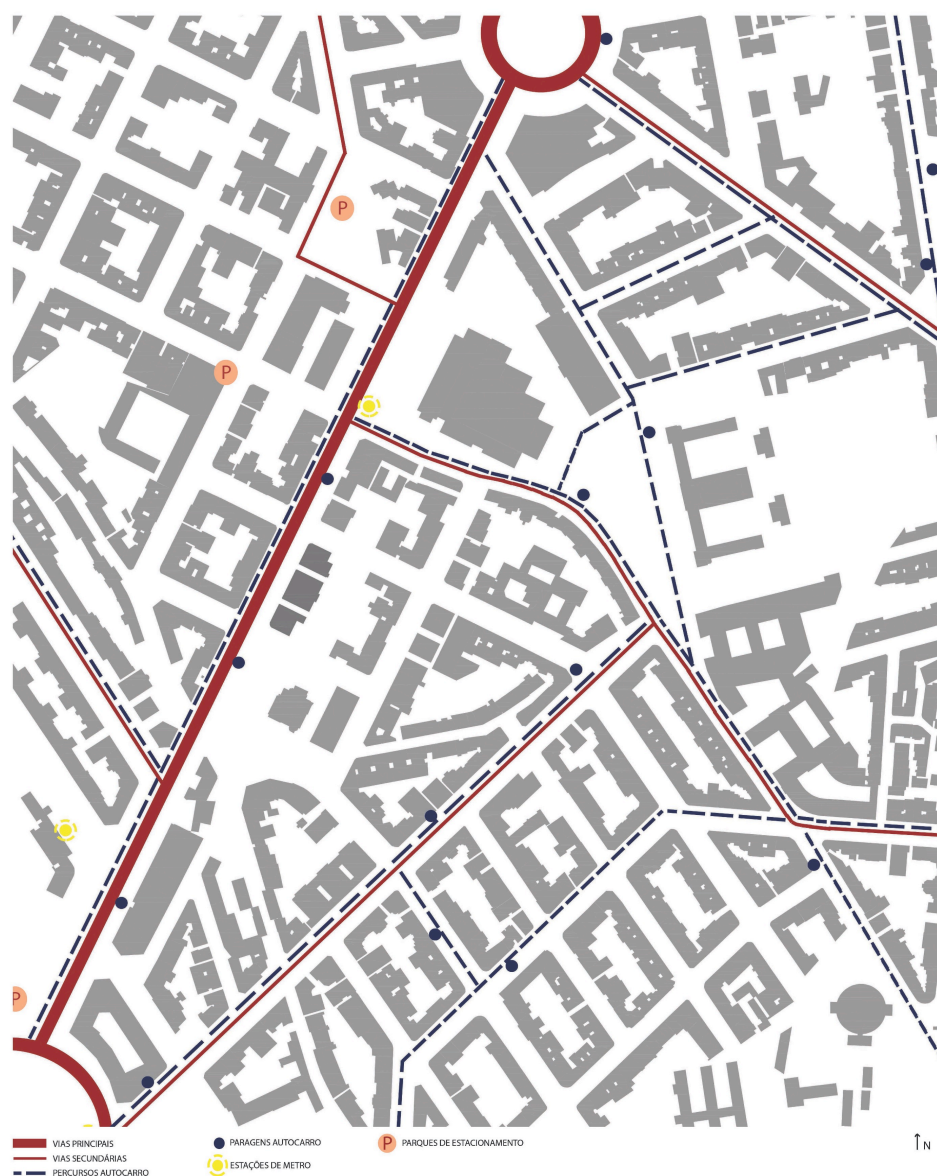


Fig. 41 – Mapa de Transportes da área adjacente à Avenida Fontes Pereira de Melo

A intervenção proposta divide-se em 2 tipos de intervenções: a reabilitação do conjunto dos três edifícios e, a reabilitação do vazio urbano com a implantação de um novo edificado de apoio ao primeiro.

Para tentar organizar o programa em termos funcionais e de conectar toda a intervenção estabeleceram-se alguns pontos de partida que vieram a determinar a localização de cada espaço.

Assim, para poder hierarquizar o programa determinou-se que nos edifícios devolutos ficariam estabelecidas as residências de estudantes e, no vazio urbano o restante complexo os edifícios de apoio à residência e um parque de estacionamento subterrâneo.

No corpo A, B e C, o da parte residencial, estão reunidos os quartos, cozinhas e pequenas salas de estar nos seus 4 pisos e a partir da cota de entrada: 71.10 para o edifício 1 e 2 e 70.10 para o edifício 3. Na cota abaixo do nível de rua – 67.65 para o edifício 1 e 2 e 66.65 para o 3, estão localizadas as arrecadações.

No corpo D, estão reunidos os serviços de apoio aos estudantes e, à comunidade residente nas proximidades.

À cota 63.80 e 66.80, referentes aos pisos -1 e -2, está implantado um parque de estacionamento subterrâneo, com contacto ao exterior pela Rua Martens Ferro.

No piso 0, cota 71.50, estão localizados os espaços que promovem um maior contacto inter-relacional e que procuram dinamizar mais o interior deste quarteirão e, que têm maior ligação com a restante comunidade: os serviços sociais e de informação, lojas, cafetaria e restaurante.

No piso 1 e 2, cota 76.00 e 80.50, estão instalados os serviços sociais e de informação (que é ao longo de todo o edifício 1), a biblioteca com áreas de estudo, a lavandaria comunitária, ginásio e salas de trabalho.

Desse modo, o programa pretende tornar as praças mais dinâmicas, sempre com actividade devido à instalação da cafetaria e do restaurante ao nível térreo e, para os pisos superiores a instalação de áreas mais reservadas.

6.4 Descrição da Intervenção

Parte da intervenção urbana proposta fixou-se à pré-existência da estrutura do estacionamento já existente devido às obras começadas pelo Banco Millenium BCP. Não faria sentido que a proposta respeitasse apenas os três edifícios devolutos e abordasse o vazio urbano como um nada, ignorando a estrutura já construída, até por questões de viabilidade projectual e de sustentabilidade.

Assim, pode-se afirmar que a ocupação do vazio urbano foi condicionada pela existência desta estrutura.



Fig. 42 – Estrutura existente que condicionou parte do projecto no vazio

Ao nível da intervenção urbana o que se propôs foi que fosse possível o atravessamento do quarteirão e o acesso ao interior do mesmo. Este pode ser realizado pela rua Andrade Corvo, quase à cota da rua, pela Rua Martens Ferro através de umas escadas e, pelos atravessamentos já existentes entre os edifícios devolutos na Avenida Fontes Pereira de Melo.

Relativamente à proposta urbana o seu propósito é que estes novos espaços criados num vazio urbano pertencente a um interior de quarteirão, tenha na mesma o seu carácter interior,

mas que seja permeável e acessível: criando “(...) *uma cidade ‘escondida’ dentro das Avenidas Novas (já não a das hortas do principio do século) (...)*”⁴⁹. Cidade essa que ganha uma nova vida com praças que servem de uso a serviços com um carácter mais público logo, de mais convívio e com um sentido mais comunitário e identitário. Se são criados estes espaços de maior ligação entre as pessoas há, conseqüentemente, uma maior percepção de posse e de propriedade comum, que é o factor que se pretende que seja enraizado. Deste modo, não se trabalhou apenas a parte da reabilitação do edificado pré-existente mas também do vazio e, das potencialidades que este enorme espaço desocupado na cidade poderia trazer.

Assim, esta descrição projectual passa por explicar as opções tomadas em relação aos três edifícios pré-existentes e, depois a explicação da construção nova e, da relação da mesma com a pré-existência.

Na intervenção dos edifícios pré-existentes, pretendeu-se ao máximo manter a sua estrutura original, apesar de não ser possível no edifício 1 e 3, devido ao estado de degradação de uma parte deles. Para reforço e estabilidade da estrutura junto às partes demolidas foram adicionados perfis metálicos com uma estrutura em I.

Pretendeu-se manter as características mais importantes dos edifícios pois são a sua identidade e a essência dos mesmos, as varandas e marquises em ferro e a cobertura em telha de cerâmica Marselha, os pavimentos em madeira, os tectos de estuque, o núcleo central de escadas iluminado por uma clarabóia, a distribuição das divisões interiores e os saguões – nos edifícios 1 e 2.

A reabilitação ao nível de fachada foi pensada de um modo cuidado, tentando mante-las o mais original possível, conservando as varandas e reconstruindo-as em ferro forjado, quando se encontram em falta.

⁴⁹ Appleton, J.G., *Reabilitação de Edifícios ‘Gaioleiros’, Amadora: Edições Orion, 2005, p. 162*

Os três edifícios não possuem escadas de emergência exteriores, nem vestígios de as terem tido na sua construção de origem, apesar de as metálicas serem características deste tipo de edifícios.

Propõe-se então a construção de umas escadas de emergência na parte tardoz dos edifícios, com a orientação das marquises de origem que, entretanto desapareceram.

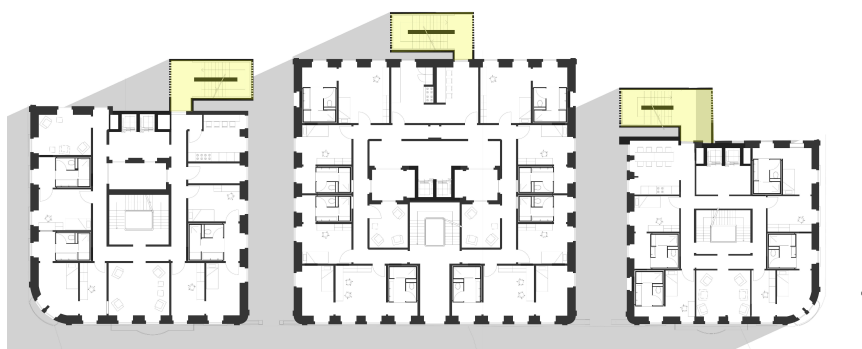


Fig. 43- Planta com escadas de emergência assinaladas

Estas escadas são em betão texturado na sua cor original, soltas das paredes laterais e apoiadas numa estrutural central, dando a ideia de que estão a levitar.

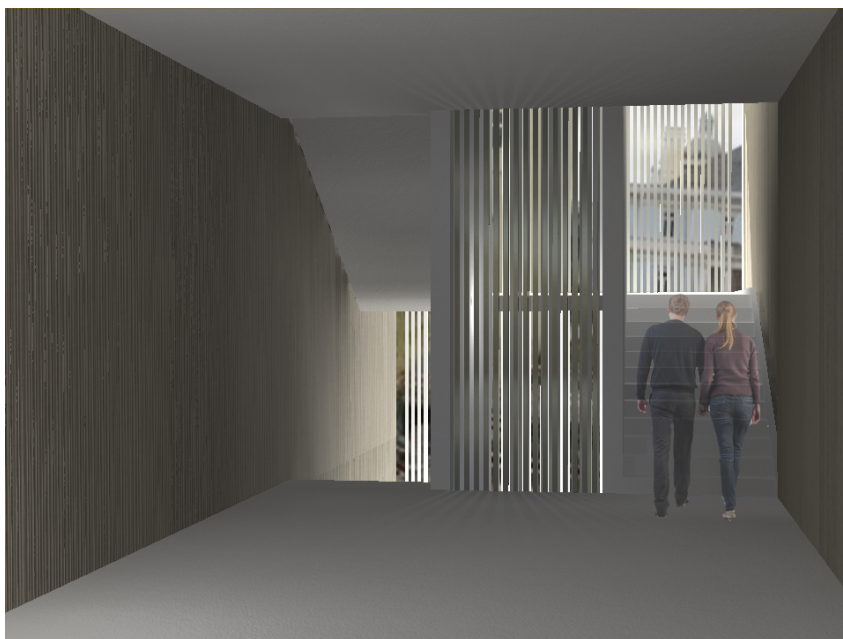


Fig. 44- Render de escadas de emergência com as paredes em betão

Como a cobertura das escadas não encosta às paredes laterais, acaba por criar um rasgo que ilumina e acentua a textura do betão e, permite que a água da chuva desça entre a textura e junto às paredes. Estas escadas têm ainda uma guarda metálica que acompanha a circulação vertical em toda a sua extensão e que faz um filtro visual entre o espaço das escadas e o exterior.

Pretende-se então fazer a distinção entre o antigo e o contemporâneo na utilização dos materiais mas que estes dialoguem com a pré-existência.

Por os edifícios estarem fechados foi impossibilitada a visita aos interiores dos mesmos, ficando na dúvida sobre o estado de conservação dos mesmos, os materiais utilizados e quais as patologias dos elementos. Assim, a manutenção dos interiores e a proposta de reabilitação passa pelo suposto de que ainda se mantém as características originais dos mesmos.

Deste modo, como já foi explicado, mantem-se as divisões interiores para não se interferir na estrutura e, mantem-se também uma circulação em torno do vão das escadas e do saguão.

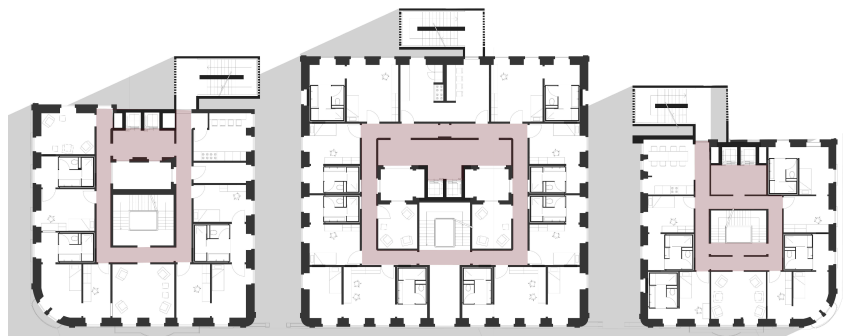


Fig. 45- Planta com circulação horizontal em torno da vertical

O compartimento independente, junto às escadas, mantem-se na mesma como independente e funciona como um espaço de chegada e de estar junto às escadas, proporcionando aos estudantes uma sala de estar voltada para a frente de rua, já que as restantes funcionam voltadas para as traseiras ou junto nas divisões interiores.

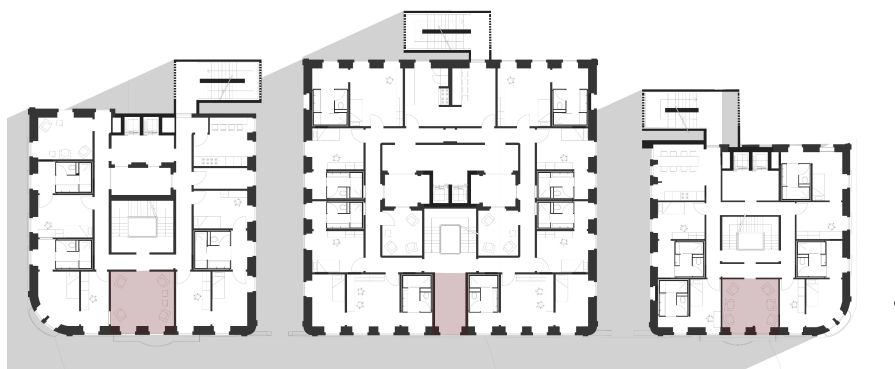


Fig. 46- Planta com saleta da entrada

Os saguões dos edifícios 1 e 2 (pois o edifício 3 não tem), foram alargados. Por norma, “Os saguões são uma das partes mais problemáticas (...) são normalmente mal iluminados, mal ventilados, húmidos (...)”⁵⁰. Deste modo, alargaram-se os saguões, fez-se um reforço de estrutura, colocou-se uma cobertura envidraçada e espelhada no interior, revestindo-se de azulejo branco para poder reflectir melhor a luz no interior dos mesmos e resolver a fraca iluminação.

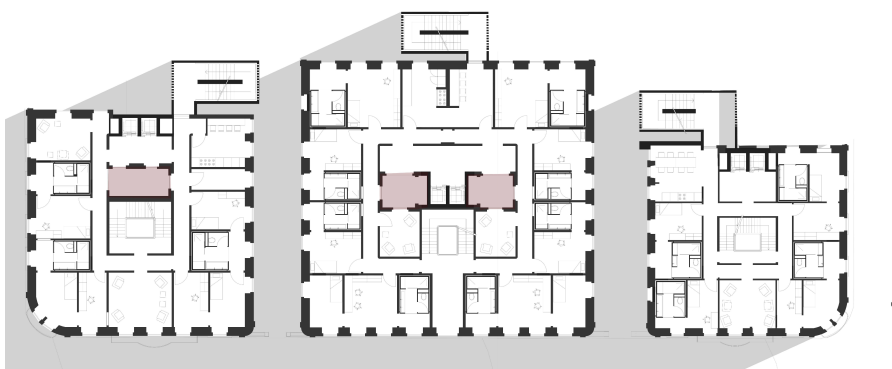


Fig.47 – Planta com posição do saguão

Este aspecto é importante pois voltados para os saguões são espaços de acesso aos elevadores e, pretende-se que sejam também de espera e de cruzamento entre os estudantes. Os saguões são também espaços por onde passam prumadas de esgoto, originando maus cheiros. Como resolução deste

⁵⁰ Appleton, J.G., *Reabilitação de Edifícios ‘Gaioleiros’*, Amadora: Edições Orion, 2005, p. 170

problema, Appleton propõe que o espaço seja ventilado, melhorando a qualidade do ar nas divisões dependentes do saguão.

Os quartos organizam-se em duas tipologias: simples e duplos, consoante a dimensão dos mesmos e, têm sempre uma instalação sanitária agregada.

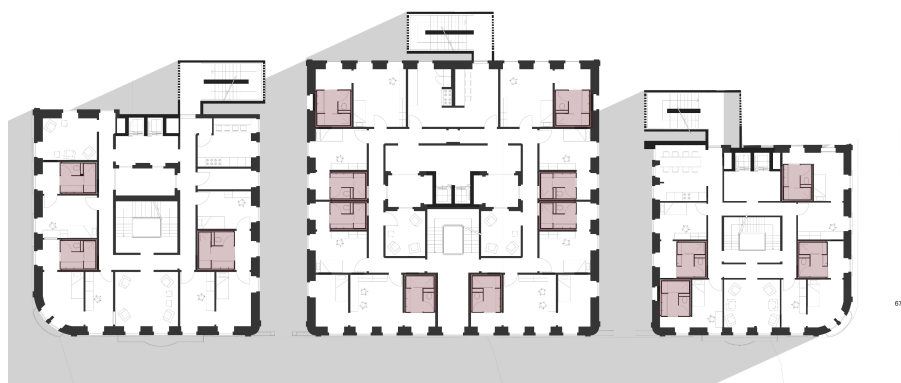


Fig. 48- Planta com instalações sanitárias

Esta instalação sanitária foi pensada de modo a tocar o menos possível na pré-existente e, de modo a que as infra-estruturas associadas estejam entre o espaço livre da parede pré-existente e da das instalações sanitárias. A intenção é que funcione como uma caixa dentro da pré-existência e que a ressalve, não a danificando e, assuma a diferença entre o antigo e o contemporâneo. A materialidade desta é o contraplacado de madeira pelo exterior e no interior é usado um revestimento cerâmico, em que o interior da caixa é outro.

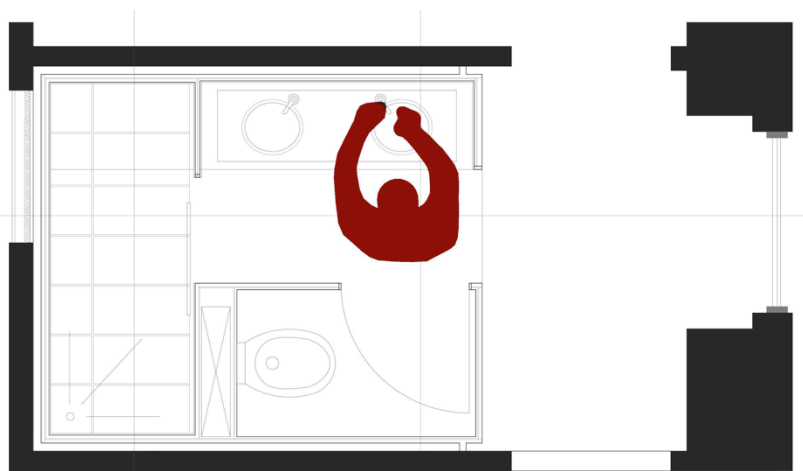


Fig. 49 - Planta da instalação sanitária tipo dos quartos da residência



Fig. 50- Corte da instalação sanitária tipo dos quartos da residência

Relativamente à nova construção, como já foi referido, partiu-se da estrutura pré-existente no vazio urbano para a construção de novos espaços e formulação dos mesmos. Esta estrutura possibilitou a criação de praças que têm como intenção principal promover o convívio.

Os acessos verticais, caracterizados pelas escadas, são importantes na relação entre os espaços pois, são elementos distribuidores e, conectores entre os diferentes edifícios.

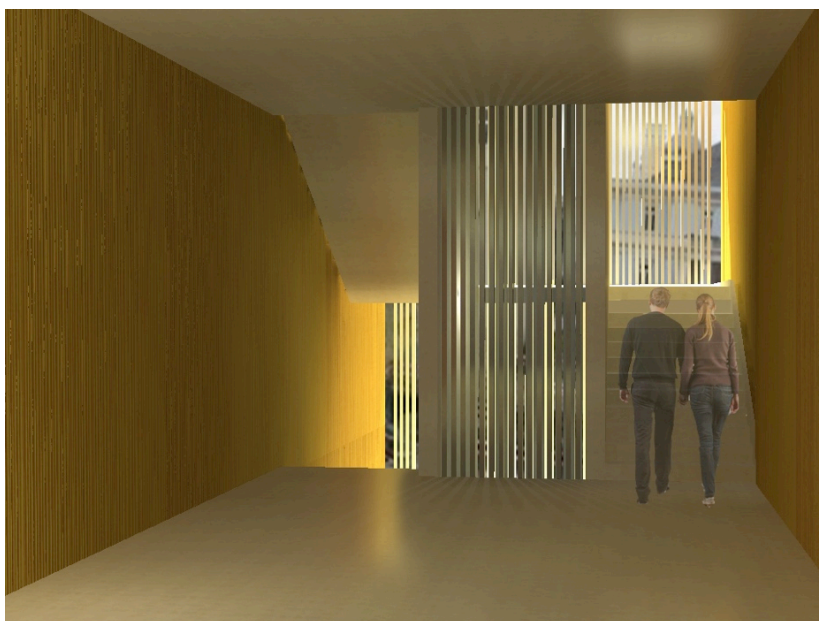


Fig. 51 – Render de escadas distribuidoras utilizando o amarelo

As escadas partem do mesmo pretense das escadas de emergência das pré-existências, variando na cor. São à mesma afastadas da parede e apoiadas numa estrutura central, com betão texturado mas, ao contrário da pré-existência, são pintadas a amarelo, potenciando a reflexão da luz no chão e tecto que são brancos. A cor foi escolhida por ser vibrante e por sugerir movimento e por estar intimamente relacionada com a circulação.



Fig. 52- O amarelo como cor reflectora num espaço de distribuição

Esta escolha foi influenciada pela reabilitação realizada pelo Atelier dos Remédios na Escola Secundária Rainha Dona Leonor, em Lisboa.

Neste projecto, os arquitectos colocaram a cor amarela no pavimento deixando as paredes brancas e reflectindo o amarelo nas paredes. Na minha proposta a opção foi contrária mas com o mesmo propósito, o da reflexão.

As praças centrais foram pensadas como espaços de permanência e para motivar esse propósito foram instaladas umas pérgulas com umas trepadeiras com flor para criar sombra e tornar o espaço mais permanente e acolhedor e mais marcante visual e espacialmente. Estes espaços são ainda preenchidos com uns bancos em betão onde os estudantes podem estar sós ou em convívio.

A primeira praça é o escape para o interior do quarteirão. Ao nível visual há uma continuidade no edificado, mas em relação à cota de rua, por existir esta abertura, o individuo é convidado a entrar nela. Por o edifício seguinte ter construção ao nível térreo, há uma interrupção visual de todo o interior do quarteirão, não o expondo demasiado, não expondo as outras praças e convidando o individuo a descobrir.

A segunda praça encontra-se encerrada de um lado e tem uma ligação para a outra, sendo descontinuada pelo edifício a uma cota superior e pelos pilares, que fazem essa demarcação de espaços diferentes. Esta praça é um conector social, por ser um espaço de permanência mas também por fazer um vínculo entre a cafetaria, as lojas e os acessos verticais para os outros pisos e, transversais dentro do quarteirão. O uso da cafetaria e, o convívio

que a mesma proporciona também se pode estender para as praças e, vice-versa: o uso destas praças foi pensado como um factor de desenvolvimento dos seus espaços adjacentes.

A cafetaria tem as zonas de serviço contrárias à praça mas, no seu espaço central divide-se em dois espaços: um espaço de mesas redondas e, outro de bancos corridos. Esta última zona esta instalada numa cota mais acima, para resguardar a sua privacidade. Foi pensado o uso do contraplacado de madeira para criar uma segunda pele da estrutura existente e, poder encobrir as infra-estruturas que passem a um nível superior e fixar o sistema de iluminação. Em duas paredes foram colocados painéis cerâmicos, trazendo à memória os espaços de Lisboa e, para que reflecta melhor a luz. Os painéis utilizados são da Recer da gama Twenties em 20x20.



Fig. 53 – Corte da Cafetaria

A passagem da praça da cafetaria para a seguinte, que é feita sob o edifício das lavandarias, é rebaixada, tornando o espaço mais claustrofóbico e dando protagonismo às praças.

A terceira praça, faz o acesso ao restaurante e às lojas, tendo o mesmo pretensão da anterior.

O restaurante tem as mesmas intenções que a cafetaria: as suas áreas técnicas são do lado oposto da praça, excepto o espaço mais privado. Este espaço ganha destaque por estar a dois pisos da cota da rua, por se encontrar voltado para a Rua Martens Ferro e ter uma vista panorâmica sobre o Palácio Sottomayor, a Avenida Fontes Pereira de Melo e se estender até ao Parque Eduardo VII. Relativamente aos ambientes, também segue a mesma intenção da cafetaria, com o uso da madeira e dos cerâmicos a caracterizar o espaço.

No primeiro piso, o edifício 1 tem uma lógica organizacional de espaços multifuncionais, pois não se pretendia subdividir em demasia este espaço.

A biblioteca é um espaço de bastante importância nas residências, por ter sempre uma ligação com os universitários e, pela configuração e espaços que a mesma oferece. Neste caso, desenvolve-se em dois pisos. Com entrada pelo piso 1, junto ao espaço de distribuição vertical. Em frente à entrada desenvolve-se uma zona de estudo subdividida pela estrutura das vigas, que a demarcam, sendo que a área de estudo individual está voltada para a praça. A área junto às escadas e ao balcão de atendimento tem um duplo pé-direito, enfatizando esta zona, e dando-lhe um maior destaque e demonstrando a espacialidade da biblioteca. A biblioteca tem o seu maior destaque num espaço mais informal, também com um duplo pé-direito e com uma estrutura fixa de bancada, que no seu topo tem acesso ao segundo piso da biblioteca.

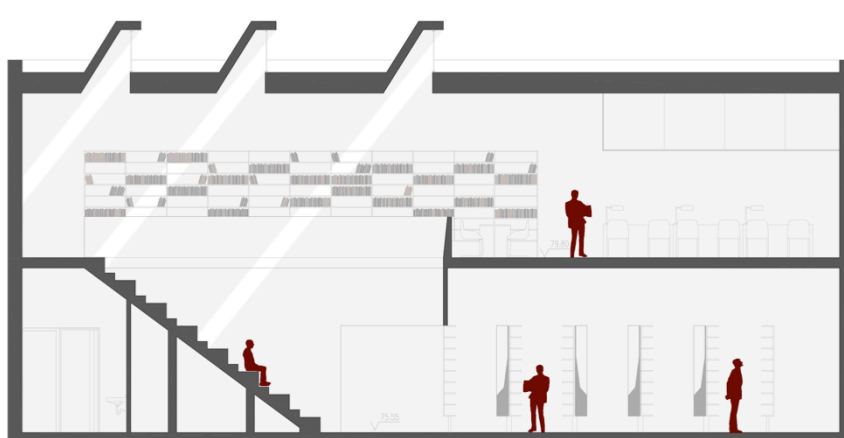


Fig. 54 – Corte da Biblioteca

O segundo piso tem uma grande área de estudo e estantes para consultas, tendo a mesma lógica organizacional do piso inferior.



Fig. 55- Render da bancada da biblioteca



Fig. 56- Render do piso superior da biblioteca

Na entrada oposta à biblioteca existe a entrada para o ginásio. No seu espaço de chegada, que é também um espaço de espera e de atendimento, tem um duplo pé-direito e um envidraçado superior que demonstra as actividades do ginásio realizadas no piso superior, podendo ver quem treina e, quem treina poder ver quem entra.

As lavandarias encontram-se, à semelhança dos espaços anteriores, divididas em dois pisos mas com igual disposição. As máquinas encontram-se ao centro e as zonas de prateleiras para dobragem de roupa junto às paredes, para poder desenvolver estas actividades voltadas para a praça.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do Projecto Final de Mestrado, com as suas decorrentes investigações, problemas e, com a procura de soluções para os mesmos, o projecto foi passando por grandes fases de desenvolvimento que acabaram por ser determinadas pelo amadurecimento sobre os temas.

Durante a análise da Avenida e do plano de expansão de Lisboa de Ressano Garcia foi possível observar que a vivência e essência habitacional do lugar mudou consideravelmente no decorrer do último século e, essas mudanças acabaram por alterar a identidade e memória do mesmo.

Foi esta verificação de mudança do lugar que levou a que o projecto fosse tomando um caminho de procura do mesmo, de criar um espaço de relações de proximidade e de união de uma comunidade e de um lugar, procurando que os indivíduos se apropriassem do espaço, se identificassem com o mesmo e o sentissem como seu.

Em termos de programa para o local de intervenção reflectiu-se sobre o que havia sido proposto pela Câmara Municipal de Lisboa – LX – Europa 2020 e, que pudesse incluir numa zona perdida e sem vivências da cidade um programa que a pudesse dinamizar. Deste modo, além de procurar a reabilitação do edificado devoluto e do vazio urbano, procurou-se a reabilitação da zona e a procura de um espaço que pudesse passar do individual para o colectivo, do quarteirão para o bairro. Assim, pretendeu-se que este espaço colectivo fosse um elemento gerador de momentos, de encontros e, de coesão social.

Durante a parte de desenvolvimento projectual, as questões de manutenção da estrutura pré-existente no vazio urbano, determinaram o edificado proposto. Contudo este foi ao encontro de uma relação interior/exterior, de espaços de estar que fossem comunicantes entre si e, que estes espaços fossem pensados como espaços de permanência para os estudantes da residência

e, para a comunidade. Trata-se de um processo complicado pois, trabalhar um espaço público que propõe uma identidade e memória de lugar acaba por ser subjectivo na tomada de posições e decisões. Assim, o trabalho desenvolvido pela pesquisa histórica do lugar e, pela observação do mesmo foram um benefício para encontrar uma melhor solução para o mesmo.

As novas utilizações nos edifícios devolutos, especificamente a colocação de instalações sanitárias em divisões que eram outrora salas de estar ou quartos, acabaram por ser uma preocupação na questão da conservação da memória dos edifícios, não enquanto lugar – cidade mas sim, enquanto lugar – espaço e, foram o ponto de partida dessa mesma preocupação na reabilitação e conservação dos mesmos.

Esta atitude acabou por se reflectir na parte projectual da nova construção, em que é visível a marcação da estrutura dos pilares nas praças – tal como é realizado nos edifícios devolutos, na importância das escadas, não só como elemento de distribuição mas também enquanto elemento de exaltação do espaço.

Deste modo todo o trabalho desenvolvido e as decisões tomadas, foram ao encontro dos objectivos propostos, o de manutenção da memória e identidade do espaço, numa proposta de reabilitação e numa nova construção, fazendo a interligação entre o antigo e o contemporâneo.

8. BILIOGRAFIA

Abreu, P. M. (2005) *Arquitectura: Monumento e Morada – Investigação do pensamento de Ruskin sobre o Património*. Lisboa: Faculdade de Arquitectura

Abreu, P. M. (1996) *Os Palácios da Memória*. Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa

Aguiar, J. (2005) *Cor e Cidade Histórica*. Porto: Publicações FAUP

Aguiar, J., Cabrita, A.M.R., Appleton, J. (1998) *Guião de apoio à Reabilitação de edifícios habitacionais – volume I*. 4ª Edição. Lisboa: LNEC

Appleton, J.G. (2005) *Reabilitação de Edifícios ‘Gaioleiros’*. 1ª Edição. Amadora: Edições Orion

Augé, M. (2007) *Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*. Lisboa: 90 Graus Editora

Bachelard, G. (2005) *A Poética do Espaço*. São Paulo: Ed. Martins Fontes

Câmara, M.L. (1989) *Lisboa de Ressano Garcia 1874-1909*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Campo Baeza, A. (2004) *A Ideia Construída*. Casal de Cambra: Caleidoscópico

Campo Baeza, A. (2011) *Pensar com as mãos*. Casal de Cambra, Caleidoscópico

Candau, J. (2002) *Antroplogia de La Memória*. Buenos Aires: Nueva Visión

Cannatá, M. , Fernandes, F. (2009) *Territórios Reabilitados*. Casal de Cambra: Caleidoscópico

Choay, F. (2010) *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70

Corbusier, Le. (2003) *Conversa com os estudantes das escolas de arquitectura*. Lisboa: Edições Cotovia, Lda

Cullen, G. (2010) *Paisagem Urbana, Arquitectura e Urbanismo*. Lisboa: Edições 70

Fadigas, L. (2010) *Urbanismo e Natureza – os desafios*, 1ª edição. Edições Sílabo, Lisboa

Fernandes, J.M. (1989) *Lisboa – Arquitectura e Património*, Lisboa: Livros Horizonte

França, J.A. (1983) *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, 3ª edição, Bertrand Editora, Lisboa

França, J.A. (1980) *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, Lisboa: Biblioteca Breve

Hertzberger, H. (1999) *Lições de Arquitectura*. São Paulo: Editora Martins Fontes

Loução, D. (2013) *Paisagens Interiores para um Projecto de Arquitectura*. Casal de Cambra: Caleidoscópico

Lynch, K. (1982) *A Imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70

Merleau-Ponty, M. (1999) *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes Editora

Neto, M. (2001) *Memória, Propaganda e Poder. O restauro dos Monumentos Nacionais (1929.1960)*. Porto: FAUP

Norberg- Schulz, C. (1991) *Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture*. Edinburgh: Ed. Rizzoli

Pereira, P. *Cidade e Património – textos de apoio a aulas de História Crítica do Património Edificado no ano lectivo de 2013/2014*

Portas, N. (2005) O Tempo das Formas – volume I – a cidade feita e refeita. Guimarães: Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho

Ramalho, R.S.L.M. (1933) *Guia de Portugal Artístico – volume 1º*. Lisboa: Editora Portugal

Rossi, A. (2001) *A Arquitectura da Cidade*. Lisboa: Edição Cosmos

Silva, A. V. (1985) *Dispersos de Augusto Vieira da Silva*, Lisboa

Toussaint, M. (2009) Anuário de Arquitectura [12]. Casal de Cambra: Caleidoscópico

Zevi, B. (1996) *Saber ver a arquitectura*. São Paulo: Martins Fontes Editora

Zumthor, P. (2006) *Atmosferas*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili

DOCUMENTO ELECTRÓNICO

ICOMOS – The international Charter for the conservation and restoration of Monuments and Sites, Veneza, 1964, Disponível em http://www.icomos.org/charters/venice_e.pdf [consult. 14 de Março 2014]

Alves, L.A.R (2007) *O conceito de lugar*. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.087/225> [consult. 23 de Novembro 2013]

Bajanca, M. (2014) *O lugar conventual como memória arquitectónica*. Disponível em <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/6826> [consult. 3 de Agosto 2014]

Botelho, S. (2010) *Espaços de Transição: Preservação da Privacidade e Estímulo do Contacto Social*. Disponível em http://issuu.com/simaobot/docs/espacos_de_transicao_-_preservacao_da_privacidade [consult. 11 de Março 2014]

Fartaria, M. (2014) *Reconversão em Habitação*. Disponível em http://issuu.com/mariana_fartaria/docs/reconversao_em_habitacao [consult. 11 de Março 2014]

Gonçalves, T. (2013) *Espaço Colectivo e Interação Social: Uma residência universitária na colina de Santana*. Disponível em http://issuu.com/tiagovieiragoncalves/docs/tiagovieiragoncalves_espaco_coletivo [consult. 11 de Março 2014]

Rodrigues, F. (2012) *A Reabilitação como Preservação e Transmissão da história e da memória*. Disponível em

http://issuu.com/feliz_beto/docs/a_reabilita____o_como_preserva____o [consult. 11 de Março 2014]

Autor: Ana Lúcia Moreira Vieira Teixeira

Título da Obra: Memória e Contemporaneidade – Proposta de uma residência de estudantes na Avenida Fontes Pereira de Melo

Número de Palavras:

Este documento foi escrito de acordo com a antiga ortografia, incorrendo assim no período de transição para o novo acordo ortográfico (em vigor desde Janeiro de 2009)

MEMÓRIA E CONTEMPORANEIDADE

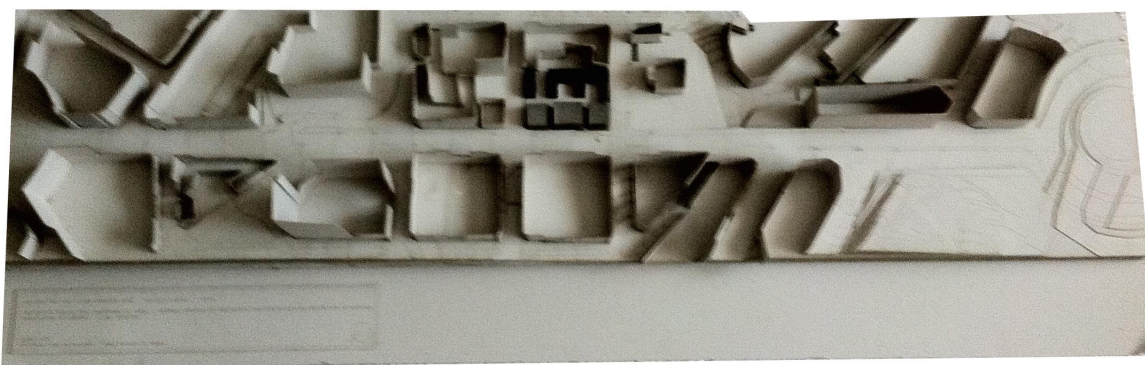
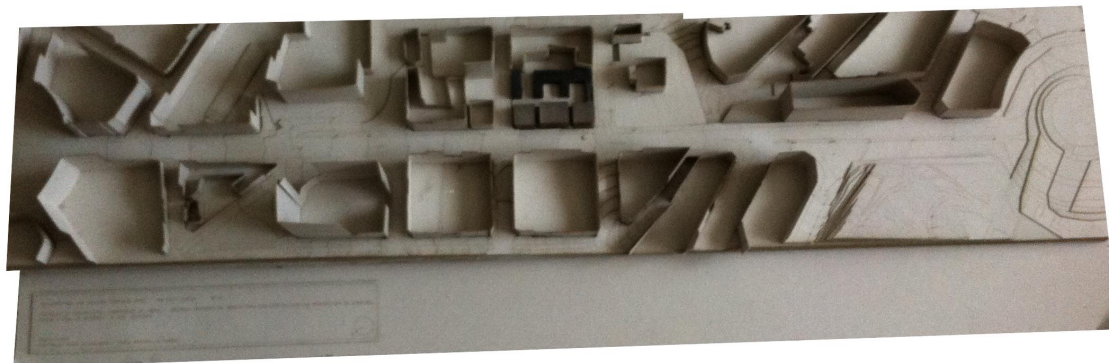
PROPOSTA DE UMA RESIDÊNCIA DE ESTUDANTES NA AV. FONTES PEREIRA DE MELO

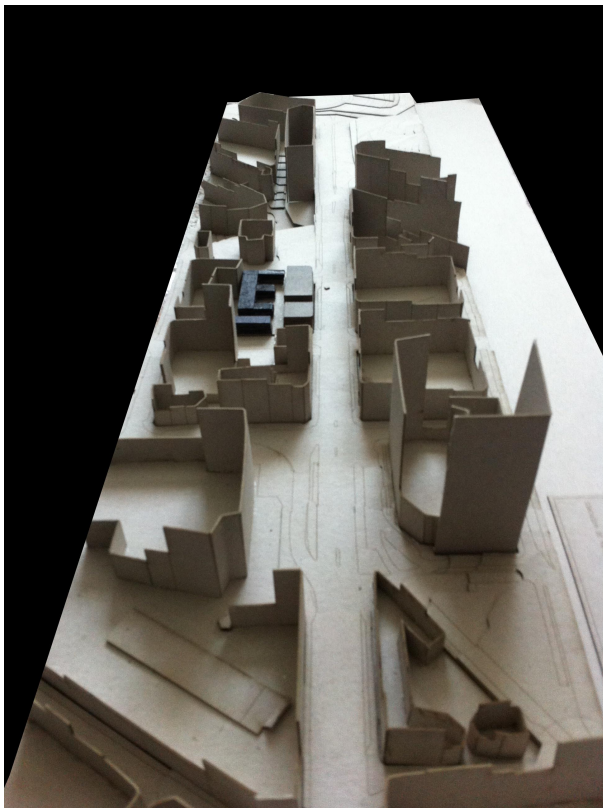
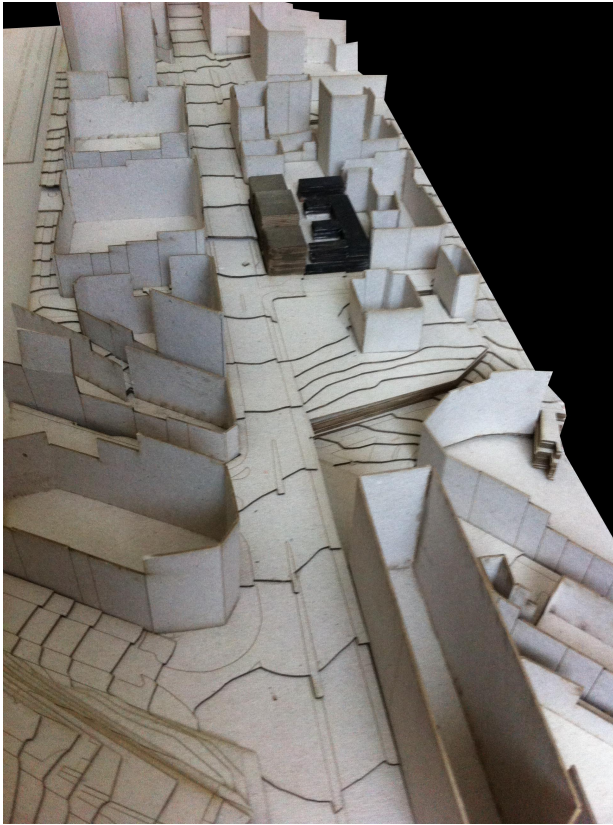
Ana Lúcia Moreira Vieira Teixeira

ANEXOS

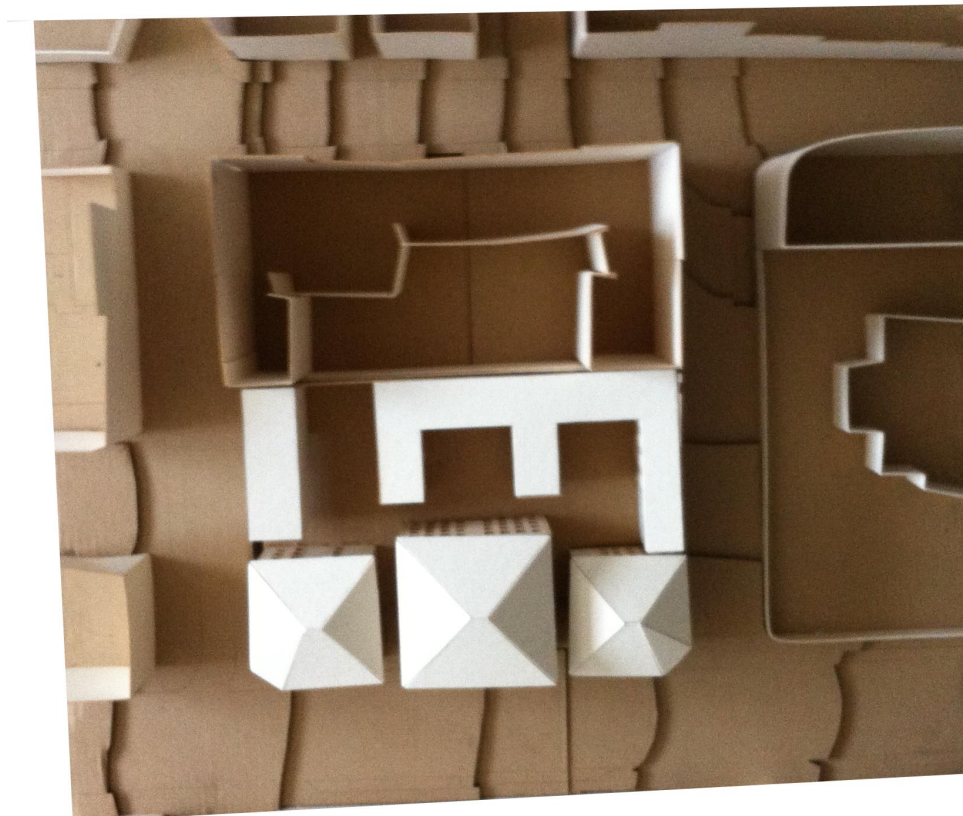
Lisboa, FAUL, Novembro 2014

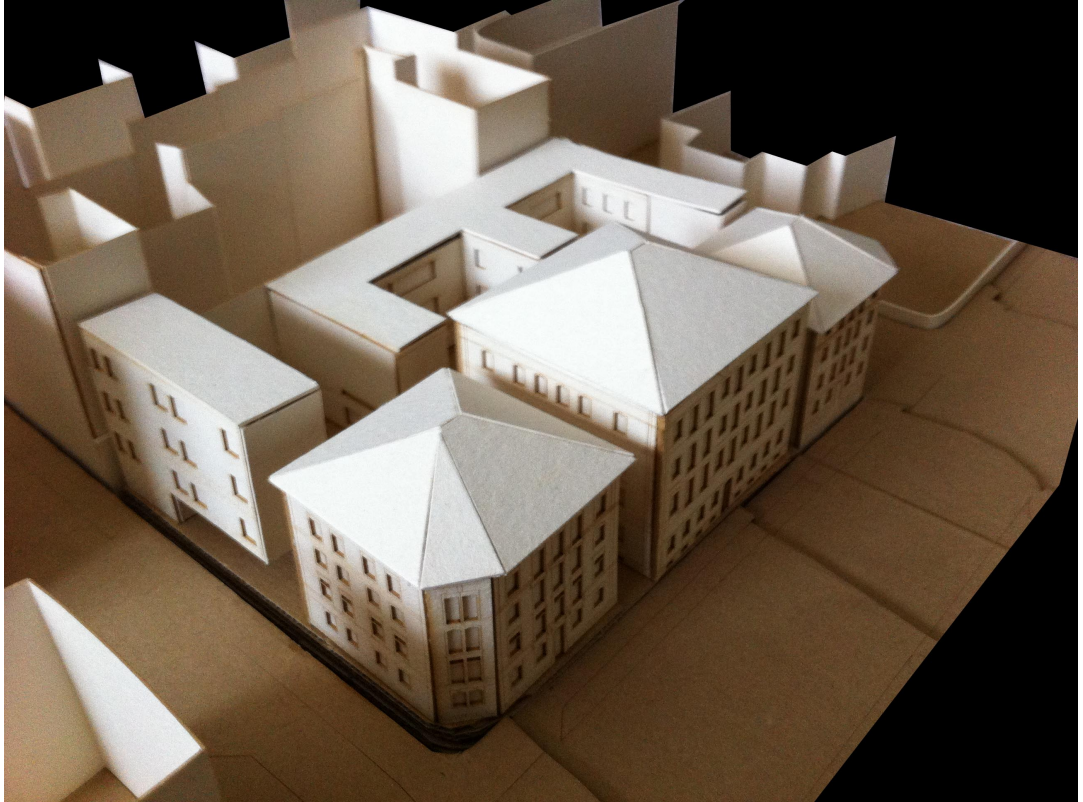
ANEXO I – MAQUETES





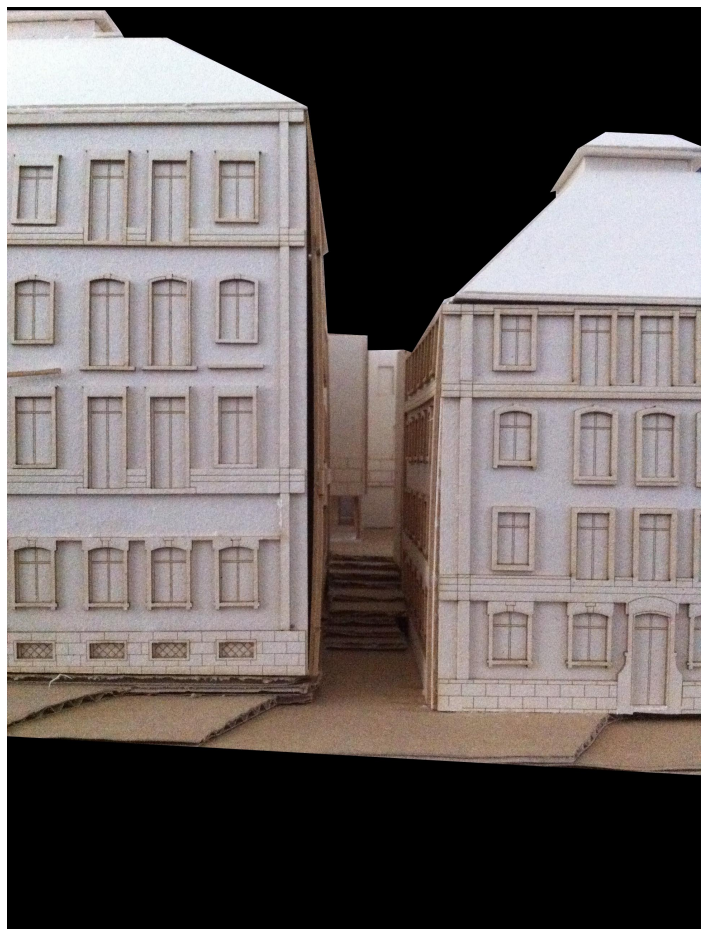
Maquete de Conjunto – Eixo Praça Marquês de Pombal e Praça Duque de Saldanha – Escala 1.1000



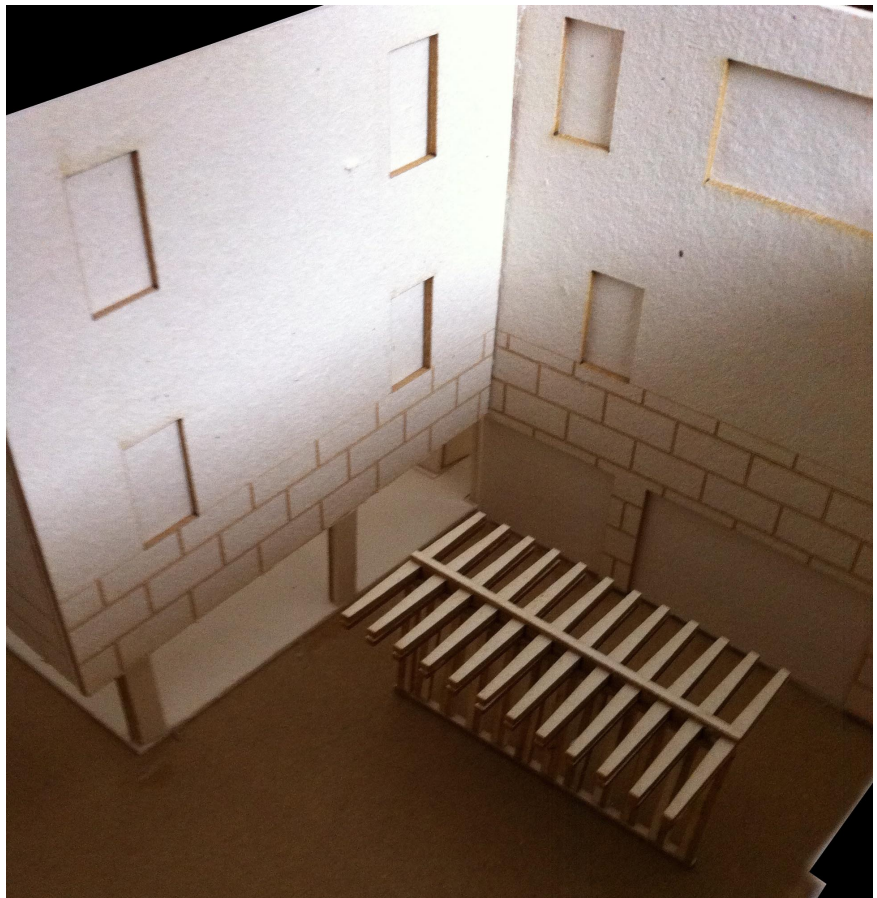


Maquete à Escala 1.200

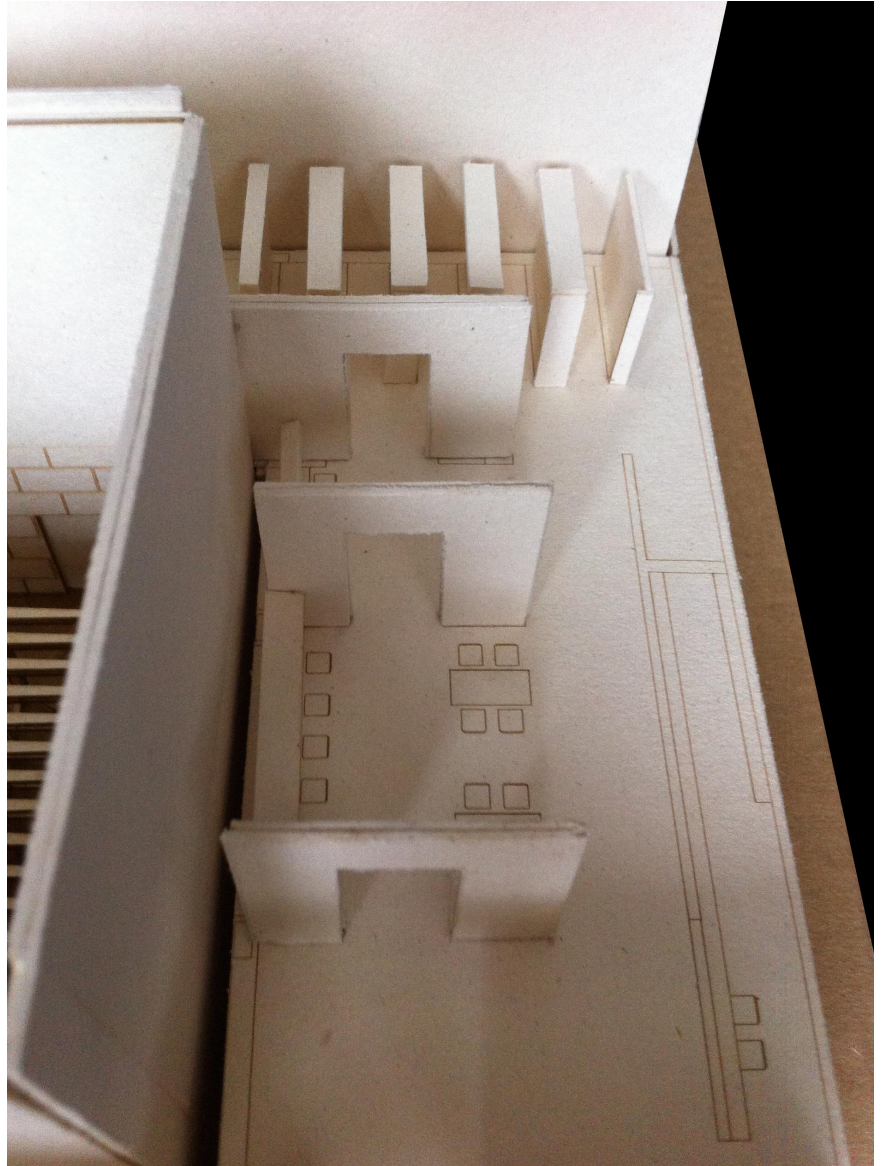












Maquete à escala 1:100





Maquete à Escala 1:20

MEMÓRIA E CONTEMPORANEIDADE

PROPOSTA DE UMA RESIDÊNCIA DE ESTUDANTES NA AVENIDA FONTES PEREIRA DE MELO

ANEXO II – ELEMENTOS FINAIS DE APRESENTAÇÃO